

BOLETIM DE TRABALHOS HISTÓRICOS

DIRECTOR: MANUEL ALVES DE OLIVEIRA

PUBLICAÇÃO DO
ARQUIVO MUNICIPAL ALFREDO PIMENTA

VOL. XXXVII

1986

No Centenário da «Vida Nova»

(Continuação do vol. XXXVI, pág. 143' — conclusão)

Segundo Luís de Magalhães, Braancamp concordava com as ideias de Oliveira Martins, e quando Mariano descobriu as baterias e começou a atacá-lo no «Diário Popular», a campanha do historiador «era autorizada e animada» por Braancamp. A batalha travou-se brava e Navarro, esquecido (?) já das palavras antes citadas na sede da redacção d'«A Província», começou a afastar-se de Oliveira Martins «absolutamente seduzido pelo Mariano», a despeito de «logo nos primeiros números das *Novidades*» ter encetado «uma campanha contra a intriga Norte e Leste⁽⁶⁰⁾ com alusões claras ao depois seu amigo Mariano», dizendo Luís de Magalhães que vira «na mão de Oliveira Martins cartas do Navarro a Braancamp dizendo do Mariano o que Mafoma não disse do toucinho, a respeito dessas mesmas trapaças dos caminhos de ferro», afirmando numa delas, «que o Mariano queria vender o seu partido, que era preciso alijá-lo, etc., etc. muitas daquelas coisas com as quais *l'enfer est pavé*», acrescentando que no entanto, quando Oliveira Martins e Mariano se batiam nos respectivos jornais, «o Navarro não ousou descer declaradamente a campo — contentou-se em escrever artigos nebulosos, porque sabia bem que o Braancamp autorizara a guerra feita ao Mariano»⁽⁶¹⁾.

(60) Referência à companhia dos caminhos de ferro então em discussão.

(61) MS cit., fols. 30-32.

A atitude de Mariano estava a desgostar alguns dos «marechais» do partido, como desgostava o próprio chefe, que dera o seu apoio a Martins. E durante um jantar em casa de Braancamp, na praia da Granja, no qual tomaram parte Oliveira Martins, Joaquim Gonçalves, António Cândido e Correia de Barros, ao falar-se de Mariano, o «São Paulo da Vida Nova», não pôde conter a indignação e declarou que o partido era já demasiado grande para se aceitarem novas adesões do que ele precisava era de alguns cortes⁽⁶²⁾, que afinal se não deram. Mariano, apesar das inimizades que criara no seio do próprio partido, era forte demais para ser posto à margem sem qualquer espécie de processo, além do que, conhecidos os seus processos de ataque e a violência da sua linguagem, ninguém se sentia disposto a servir de alvo de tão exímio atirador.

A polémica entre o «pai» da *Vida Nova* e o «gavroche» do Partido Progressista prolongou-se por todo o mês de Agosto e entrou por Setembro, sem embargo da luta que Oliveira Martins vinha mantendo com o «Comércio Português», órgão dos progressistas dissidentes, e com o «Jornal do Comércio», de Lisboa, que também o atacava com frequência. O «Comércio Português» começou por atacar a administração camarária, maneira de atingir Correia de Barros, acusando-o de diversas irregularidades, de não apresentar as contas da gerência dentro dos prazos fixados pela lei, insinuando que ele se servira de meios pouco honestos para furtar as contas ao exame dos munícipes, enquanto as expropriações por utilidade pública teriam sido um sorvedouro, delas se servindo o Presidente da Câmara para captar influências e atender a outros interesses.

Oliveira Martins, indignado com as acusações feitas ao amigo e correligionário, embora sem pretender defendê-lo, até porque «A Província» não se criara «para servir de campo onde se firam pugnas pessoais», por muito que simpatizasse com qualquer dos contendores, procurou justificar os actos do Presidente apoiado na lei que lhe dava razão, para em certa altura dirigir-se directamente ao articulista:

«E arvora-se em censor de quem procurou sempre cumprir honradamente os seus deveres, um jornal inspirado por quem, estando sujeito à fiscalização da autoridade administrativa como testamenteiro do finado Conde de Tomar, se deixou nomear governador civil sem se demitir da testamentaria!!»⁽⁶³⁾.

(62) *Loc. cit.*, fol. 32.

(63) *A Província*, vol. cit., págs. 184 e 225.

Era inegável que Oliveira Martins estava a cair de degrau em degrau numa posição a nível dos numerosos plumitivos da Imprensa portuguesa, que exploravam os escândalos e serviam os interesses particulares dos respectivos jornais, descendo à polémica violenta no tom tanto do agrado dos Portugueses, que sempre ignoraram o valor do debate das ideias para apreciarem em especial a calúnia e o insulto facilmente acessíveis à compreensão dos espíritos *bornés*. E Oliveira Martins, cujo espírito pairava, até então, nas alturas da filosofia da História ou nos estudos de economia política e social, caíra de repente no charco da política partidária e local, acedendo a irmanar-se com a chusma dos politicantes que na Política não viam princípios a defender (que ignoravam ou desprezavam), mas unicamente interesses tantos deles mesquinhos, por que pugnar.

Encontrava-se, porém, o historiador ainda no primeiro degrau da longa escada que tinha de descer até final, aonde chegara extenuado, desalentado, enxovalhado e pronto a entrar no túmulo onde repousará definitivamente.

Se a sua colaboração n'«A Província» abunda em artigos doutrinários e de valor, muitos mais escreveu a desmerecerem do nome do autor, pelos problemas abordados e pela linguagem de baixa política que se viu forçado a utilizar em polémica com opositores⁽⁶⁴⁾.

Não é fácil adivinhar quais os sentimentos que se teriam apossado dele ao verificar que a sua «cruzada», na qual pusera as mais fagueiras esperanças, começava a meter água ao entrar no *mare magnum* da intrigalhada política. Braancamp declinava a olhos vistos e já se notavam sinais precursores da luta pela chefia da partido, no caso iminente da morte do velho político.

As dedicações com que ele contava estavam a diminuir por arrefecimento de entusiasmo, em face da situação do Partido Progressista, tão dividido por questiúnculas de ordem pessoal ou de ambições mal refreadas da parte dos que esperavam receber a herança de Braancamp. Segundo Luís de Magalhães, contava-se com a queda próxima dos Regeneradores, abrindo esta a oportunidade de os Progressistas voltarem ao Poder, esperando Braancamp «constituir um gabinete com o Barros Gomes, Oliveira Martins, João Crisóstomo e outros elementos puros do partido. E esse gabinete seria o executor do nosso programa⁽⁶⁵⁾. Da parte de Braancamp, se de facto assim pensava,

(64) A colaboração de Oliveira Martins foi modernamente reunida, para a edição das «Obras Completas», em 5 volumes de mais de 400 páginas cada um,

(65) M. S. cit. Fol. 32.

seria talvez a forma de premiar Oliveira Martins por ter tentado, com tanto entusiasmo, revitalizar e unificar o partido. Seria duvidoso, porém, que nequele momento político ao Ministério, se se constituísse, fosse possível pôr em prática o programa da *Vida Nova*, contra o qual logo se alçaria Mariano, e, possivelmente, também Navarro.

Numa curiosa carta, datada de 13 de Agosto, endereçada por Carlos Valbom a Oliveira Martins, procurava aquele justificar-se por não ter defendido o programa martiniano nas «Novidades», onde colaborava, dizendo que perguntara a Navarro «repetidas vezes porque arrefecera nos seus entusiasmos pela *Vida Nova*», tendo-lhe este respondido «que se retraíra desde que suspeitava que a *Vida Nova* degenerava em *Vida Velha*», acrescentando que Oliveira Martins sabia ao que se chamava «Vida Velha» no partido. Independentemente das razões ocultas que obrigavam Navarro a desconfiar do movimento do Porto — Valbom talvez as soubesse mas tê-las-ia ocultado ao amigo —, o facto é que, político experimentado, batido nas lutas partidárias, ele sabia perfeitamente como a acção de Oliveira Martins, político incipiente e inexperiente, iria soçobrar dentro em breve, bastando para tal o desaparecimento, próximo, de Braancamp, que lhe dera o seu aval.

Carlos Valbom dizia ser Navarro pessoa «do género impressionável e fogoso» e que dele fazia presa dos seus sentimentos pessoais, por isso se dera a desconfiar d'«A Provincia» devido aos ataques do jornal. Declarava estar ao lado do Navarro desde a questão dos caminhos de ferro, por saber quanto era justa a amargura que sentia ainda «pelo abandono a que o votaram quando ele quis reagir, nobremente, dignamente contra o desafio do Mariano». Este fizera violenta guerra às «Novidades», «que só puderam sair ao cabo duma verdadeira campanha, em que Navarro se viu só, com meia dúzia de insignificantes mas dedicados amigos pessoais». Lutou, «mas saiu da luta com o coração cheio de desgosto e o espírito cheio de desilusões, porque viu que os seus amigos mais particulares o queriam sacrificar ao Mariano, que acabava de fazer aquela bonita obra».

Adiante declarava ser o vício do partido «não já a sua falta de unidade, mas a falsa aparência de unidade» que lhe queriam dar, acrescentando: «A excessiva conciliação de elementos diversos e até antagónicos produz *mayonnaises* políticas, mas não organiza partidos fortes. não há política séria nem governo a valer».

No final da carta assegurava a Oliveira Martins que Navarro não estava identificado, nem política nem financeiramente com o Mariano, mas não queria «entrar a valer numa cruzada ao fim da

qual se encontrasse sob as ordens do seu *jesuíta*, o qual «jesuíta» era nada menos do que José Luciano de Castro, futuro chefe do partido ⁽⁶⁶⁾.

Carlos Valbom, «Carlinhos» entre os amigos, futuro membro destacado do grupo *Vencidos da Vida*, declarava-se amigo dedicado e admirador de Oliveira Martins, mas não lhe convinha, *politicamente*, trocar as «Novidades» pel'«A Província». Cauteloso, «génio da intriga» como lhe chamavam, ia compondo ditirambos à *Vida Nova* para engodar o seu criador, mas mantinha-se ao lado de Navarro, que se mostrava suspeito do movimento portuense ao qual tantas lóas entoara no seu jornal.

Para agravar a sua situação, surgiu então uma *bête noire* de Navarro, que, logicamente, se tornou também na de Carlos Valbom. Braancamp só morreu três meses depois, mas as paixões já embatiam umas de encontro às outras à volta da apresentação das candidaturas à chefia. Em carta de 25 do mesmo mês, Valbom dizia a Oliveira Martins que também reputava «o José Luciano o mais inábil para dirigir o partido progressista, e só a muito custo [se] sujeitaria à sua chefatura», concordando com o historiador, que se inclinava para o seu amigo Barros Gomes.

Declarava não abandonar as «Novidades» nem o Navarro, por ter muita amizade pelo jornal e «ao seu feroso director», e também por crer ser mais útil ao lado dele, tratando de o moderar, do que deixando-o entregue aos seus ímpetos, e a uma *côterie* daninha, que era «a origem de muitos desatinos do Navarro» ⁽⁶⁷⁾.

A falta das cartas de Oliveira Martins que justificavam as de onde transcrevemos alguns trechos, não permite saber concretamente qual era o pensamento do historiador, ido depois a Lisboa e ali se tendo, possivelmente, encontrado com Valbom, segundo se depreende da carta deste de 29 de Setembro, para que o jovem político procurasse levar Navarro a apoiar a campanha d'«A Província» contra Mariano. Valbom expôs o caso ao seu director, transmitindo a resposta deste a Oliveira Martins na citada carta:

«O Navarro respondeu-me franco e claro. Não quer sacrificar-se pelo Mariano, mas não quer identificar-se com a guerra que lhe fazem. A sua fórmula foi esta: por ora só sei para onde

⁽⁶⁶⁾ *D. Carlos I e os «Vencidos da Vida»*, por F. A. Oliveira Martins. Lisboa, págs. 140-143.

⁽⁶⁷⁾ *Ob. cit.*, págs. 143-144.

não quero ir. O meu amigo compreende o caso; é para o José Luciano. Sabe também como eu penso a tal respeito, e percebe portanto a flutuação, a incerteza, a anódina reserva em que paira por isso a orientação das *Novidades*.»

Mais adiante, para engodar Oliveira Martins, declara ter fé na *Vida Nova* que afinal havia de triunfar,

«mas a nossa suprema dificuldade, neste momento, além da febre de ganância que oblitera os caracteres políticos, é a pouca robustez do nosso bom e querido Braancamp, sobre cuja morte descontam já as suas letras todos os magnates do partido progressista. Garantam ao Braancamp dez anos de vida, e o partido une-se, porque se acaba com a luta de ambições, que internamente o devora, e porque o futuro certo faz esvaír todas as miragens do futuro imaginário.»

A concluir, descobrindo um pouco o seu jogo:

«Como, porém, não é possível fazer um contrato com o Criador relativamente à vida do nosso insubstituível chefe, resta ir boiando nestas águas turvas, em que vários pescam negócios, enquanto nós só apanhamos sensaborias no nosso anzol» (68).

Estava Oliveira Martins a sofrer os fortes embates da intriga política, enquanto, por outro lado, ia penetrando, talvez com dificuldade, nos meandros da consciência dos políticos, que ele conhecia teoricamente e quase totalmente como o demonstrou no *Portugal contemporâneo*, mas não lhe sofrera ainda as consequências directas: começava agora a ter conhecimento do facto *sur le vif* e, de certeza, a sentir-se já amarfanhado. Era uma ilusão — e que ilusão! — que se ia desvanecendo como fumo espesso que o vento dissolve...

Desencadeou então uma ofensiva em forma de carta dirigida aos progressistas dissidentes, cujos jornais «Comércio Português» e «Diário Ilustrado» tão pouco o poupavam. Durante muitas semanas as colunas d'«A Província» foram o vazadouro do fel do director acumulado desde a sua inscrição no Centro de Correia de Barros, enquanto vai alternando os seus ataques com respostas duras à «Revolução de Setembro», o órgão regenerador do velho Sampaio, que um

(68) *Ob. cit.*, pág. 145.

dia procurou exautorá-lo como economista declarando *A Circulação Fiduciária*, premiada pela Academia, uma colecção de levandades e de desacertos, retorquindo Oliveira Martins dizendo que a obra estava publicada «e precedida do parecer da Academia Real das Ciências, em virtude do que lhe foi concedido o prémio do concurso para que ele foi elaborado», acrescentando que esse parecer se encontrava firmado «por corifeus da regeneração», nada menos do que António de Serpa Pimentel e Couto Monteiro, este o relator. E continuou:

«Nem aos seus poupam — os pobres idiotas — na sua fúria de dar cabriolas em honra do grande herói truanesco, do *miles gloriosus* ⁽⁶⁹⁾ das campanhas do *deficit*.

«Se a memória sobre a circulação fiduciária tivesse sido lida, ou fosse compreendida pelos sábios economistas da *Revolução*, não teriam eles a coragem de falar na riqueza bancária de 74, nessa faina de jogatina e de agiotagem, que precedeu os dias lúgubres de 76, até à *sexta-feira negra*, que demonstrou evidente e cruelmente o que era e que valia essa prosperidade fictícia, essa mole de empresas fantásticas tão semelhantes aos cálculos e aos orçamentos do Sr. Fontes» ⁽⁷⁰⁾.

Noutro artigo de ataque a Fontes, revela-se Oliveira Martins um jornalista ao nível dos plumitivos da época, como eles não se coibindo de servir-se de linguagem baixa a mais apreciada pelo povo inculto, incapaz de se curvar, quando sabia ter, sobre um artigo doutrinários, escrito com elevação. Desde o início da saída d'«A Província», os artigos polémicos do seu director davam dele imagem completamente diferente da que os seus admiradores faziam através dos seus livros de história e de doutrina.

O artigo que publicou em 24 de Julho é disso exemplo flagrante, e o excerto que a seguir transcrevemos dá bem ideia do ponto a que o escritor descera.

«Acostumados a espreitar nas alcovas da regeneração as cenas lúbricas da desenfreada orgia, a que preside o velho

⁽⁶⁹⁾ Personagem da baixa comédia latina, que encarnava o soldado fanfarrão. Alusão directa a Fontes, que tinha então o posto de general de Engenharia.

⁽⁷⁰⁾ *A Província*, vol. cit., pág. 109.

fauno sarapintado ⁽⁷¹⁾ e coroadado ⁽⁷²⁾ como rei da bacanal, pretendem também entrar nas casas da gente honesta, originar ciúmes, preparar as tragicomédias, que todos os dias se representam nas antecâmaras dos ministérios, nos bastidores desse teatro de feira — de que é empresário e principal actor o grande homem — D. Magnífico.»

Mais adiante continua:

«Assombra-os, incomoda-os, aflige-os a construção que tanto se distingue, que tanto se diferencia do seu Pagode, em cuja frente como lema se acham inscritas as fórmulas da lei a que obedecem: — Corrupção, Veniaga, Arranjos!»

A terminar:

«Não nos incomoda a intriga, não nos amofinam os seus gracejos grotescos, enoja-nos apenas.

«Nos seus risos e nos seus esgares há o que quer que seja do desespero mefistofélico.

«Os diabos truões andam furiosos.

«Simulam brincar, mas saltam inquietos porque lhes doem as vergastadas com que lhes marcamos o lombo.

«Saltai, fantoches! — dançai Polichinelos!» ⁽⁷³⁾.

Desolador! Dificilmente se acreditaria que a mesma pena que redigiu estas pachouchadas enjoadas (fosse qual fosse a razão que lhe assistia), tivesse escrito pouco antes as páginas soberbas do «Triunfo de Paulo-Emílio» nessa obra suprema da *História da República Romana*.

O político em Oliveira Martins, ainda novato por recém-entrado no vespeiro nacional estava a revelar-se do estofo semelhante aos que por ali andavam havia longos anos: contaminara-o a convivência. E é com sincera mágua que se verifica que, a aliar-se ao grupo de Correia de Barros, o «galopim-mor» do Porto, o homem da «nódoa»

⁽⁷¹⁾ Corria o boato de que Fontes costumava maquilhar-se como as mulheres para ocultar a idade, boato de que não encontramos confirmação, mas do qual, pelos vistos, Oliveira Martins tinha conhecimento.

⁽⁷²⁾ Vd. nota 10.

⁽⁷³⁾ *Ob. e vol. cit.*, págs. 115-117.

da Areosa, o «Setebelindeques» da política⁽⁷⁴⁾ que em breve o iria atraíçoar, é com mágua, pois, que se verifica que o ideal da *Vida Nova*, em vez de lavar toda a sujidade que manchava o Progressismo portuense, se deixou antes penetrar dessa sujidade, com gáudio dos que se regozijavam com a queda vertical do historiador.

No entanto, qualquer coisa dentro dele devia estar a levar a levando-o a ver o caminho errado e escorregadio seguido até então, embora este lhe parecesse o direito. Esse homem voluntarioso, que nunca aceitara de ânimo aberto as críticas às suas obras, começava a sentir-se irritado com a forma como o atacavam, e o caminho, que talvez de início lhe parecesse fácil de seguir, estava a aparecer-lhe coberto de pedras e calhaus cheios de arestas onde o seu velho orgulho de *self-made man* ia ficando esfarrapado.

Escrevendo a Luís de Magalhães por esta época dizia-lhe:

«Por cá vou, meu bom amigo, arrastando esta *corvée* da política à espera do momento de cortar inteiramente os tirantes. Isto cai a pedaços e não há gente para nada. Os rapazes são mais egoístas quando não são mais podres do que os velhos.

«Sair limpo e poder ao depois dizer — paguei o meu tributo! eis aí toda a minha ambição de hoje.»⁽⁷⁵⁾

Que o teria impedido de «cortar inteiramente os tirantes», quando estava a ver a impossibilidade de realizar o programa da *Vida Nova*? Porque persistia em afundar-se no atoleiro, sabendo-se — porque inevitavelmente o sabia — não fadado para a Política? Pudor de retroceder, depois dos ataques sofridos por parte de quantos o apodavam de transfuga e de renegado? Quebra da vontade como consequência da doença que já lavrava no seu ser físico? Quem o poderia dizer? O testemunho dos familiares é unilateral, o dos adversários inoperante. Haverá, pois, que concluir, e cautelosamente, por inferência.

Nessa série de artigos publicados há poucos anos no «Diário de Lisboa» e assinados C. F.⁽⁷⁶⁾, é o escritor acusado, com injusta

(74) Assim o apelidara Rafael Bordalo na legenda com que ilustrou a caricatura no seu jornal «Pontos nos ii» (11 de Novembro de 1880).

(75) *O Grupo dos Cinco*, pelo P.^e Moreira das Neves. Lisboa [1945], pág. 263. A carta está datada, pelo autor da obra, de 1885. Pelo conteúdo, porém, inclinamo-nos a crer seja posterior, de quando Oliveira Martins residia já em Lisboa.

(76) O jornalista e escritor Carlos Ferrão. Depois nos referiremos em especial a esses artigos, intencionalmente demolidores da reputação de Oliveira Martins.

violência, de «político corrupto» e dotado de grande ambição, tendo sido esta quem o levou a abandonar os partidos avançados, o socialista e o republicano, para se lançar nos braços dos partidos monárquicos!... Oliveira Martins, não crendo que, num futuro próximo, o Partido Republicano alcançasse o Poder, e descrendo do Partido Socialista que «costeara», como escrevera Azedo Gneco, resolvera atirar *le froc aux orties* e avançara para o Partido Progressista, embalado pela ilusão de este ser o herdeiro do Partido Setembrista. Obnubilação da visão, inaceitável em homem de visão tão clara, ou propósito deliberado de, *por qualquer processo*, vir a alcançar o Poder e, assim, dar realidade às suas ideias salvadoras da Pátria? Talvez os dois, porque só admitindo-o poderá compreender-se não tivesse ele «cortado os tirantes» quando se apercebeu de o Progressismo se encontrar bem longe de poder considerar-se o continuador do partido *patuleia*, até porque, como ele próprio afirmou, 1885 não era 1846.

E o escritor, à medida que, como escritor, estava a atingir a sua plenitude, e ainda escreveria as suas obras-primas, o político estava a cair rapidamente por entre doestos, insultos e diatribes, até penetrar na «cloaca ministerial» de onde emergiria meses mais tarde deixando afundar-se para todo o sempre o programa da *Vida Nova*.

No depoimento já citado de Luís de Magalhães, parece que Oliveira Martins esperava obter uma Pasta no próximo Ministério quando Braancamp subisse ao Poder. Parece não haver dúvida de o velho chefe progressista ter pensado em utilizar-se do seu nóvel correligionário, de quem esperaria «milagres» na pasta da Fazenda. Mas Braancamp chegara ao final da sua agitada vida. Tendo adoecido gravemente, veio a falecer a 13 de Novembro.

Ramalho Ortigão, fazendo-lhe o necrológio n'«As Farpas», concluiu o seu artigo dizendo:

«A falta de Anselmo José Braancamp é dolorosa e é irreparável, não porque ele tivesse sido um grande ministro, mas porque foi ilibado homem de bem, refractário aos processos de hipocrisia, de corrupção e de venalidade, com que tão vulgarmente estamos vendo amaciar a corrente dos factos pela dissolução dos caracteres. Tinha a bondade, e tinha a rectidão. Com essas duas simples qualidades ele foi benemérito, menos por aquilo que fez, governando como estava em uso na ordem política, do que por aquilo a que obstou, resistindo como bom homem ao contágio do meio na ordem moral.» (77).

(77) Vol. I, «edição», Lisboa, pág. 137.

Oliveira Martins, para quem a morte de Braancamp constituiu um golpe rude, publicou, no dia imediato, um longo artigo, n'«A Província», do qual transcrevemos os trechos mais significativos:

«A notícia da morte de Anselmo José Braancamp, atravessando Portugal inteiro, com a celeridade das novas tristes, fará estremecer de comoção sincera todo o corpo nacional; e é nestes momentos de suprema angústia que se reconhece a solidariedade entre um partido político e o seu país. No finado chefe da democracia portuguesa, consubstanciavam-se as faculdades viris as qualidades características da alma patriótica. A honestidade inconcussa, a rigidez moral de Catão, temperavam o seu ânimo, que nunca se dobrou perante as conveniências do meio mais ou menos dissolvente em que, pela força das circunstâncias, foi obrigado a viver.

«Fisicamente frágil, o seu espírito guardava a valentia tradicional, heróica, e apontava com uma rara fidalguia de sentir e com uma notável lucidez de pensar os ataques que insidiosamente dirigiam contra o seu ideal político todos os aliados para a ruína das aspirações imaculadas e nobres. Nunca fizeram ninho no seu coração de patriota os estreitos sentimentos do egoísmo de mandar, que sacrifica aos gozos pessoais efêmeros os mais sagrados e levantados interesses de uma nação. Vendo a pátria sempre acima de si e dos falsos interesses partidários, procurava com uma diligência excepcional, com uma força de investigação, deveras notável, sobretudo nos últimos tempos da sua vida, orientar o seu espírito, segundo a corrente fatal da opinião esclarecida pela ciência, e aguardava a ocasião oportuna de substituir na governação do Estado o empirismo míope, só fértil em expedientes mais ou menos artificiosos, pelo método que se deduz lucidamente do estado reflectido das coisas e dos homens.»

«Anselmo José Braancamp representa o mais perfeito modelo de abnegação cívica e de devoção pela pátria, sem os contornos irregulares das exterioridades ostentosas.»

«Morreu como um soldado e como um santo: — como um soldado, porque a sua existência política foi uma luta sem tréguas; como um santo, porque a sua vida pública foi um espelho de virtudes cívicas e uma lição de justiça austera.»

«Em torno do seu espírito chora abraçado um partido inteiro. Homens que se não conhecem, que nunca o viram, que

estão mesmo a largas distâncias uns dos outros, sentem-se neste momento irmãos, pela dor e pelas lágrimas. É que aquele que, melhor que nenhum outro, representava no máximo grau de intensidades todas as nobres qualidades tradicionais da nossa família política, esse irmão mais velho, herdeiro das glórias de uma alta ascendência; esse patriarca venerando e cujas câs o nosso amor e o nosso respeito cercavam de uma auréola prestigiosa — esse homem acaba de cair exânime nos nossos braços, deixando-nos numa orfandade desoladora.»

«A memória desse honrado e nobre velho ficará guardada como uma relíquia santa na custódia de ouro da nossa alma. Nos momentos de desalento e de cansaço, evocaremos a lembrança da sua coragem, da sua abnegação, da sua firme constância, do seu impoluto carácter, da sua inquebrantável honestidade — e essa lembrança será como um talismã milagroso, que ascenderá a nossa fé vacilante, que dará força e alento ao nosso ânimo abatido.» (78)

Por detrás destas frases românticas, redigidas por um Oliveira Martins diferente do vigoroso historiador, adivinha-se-lhe a mágoa pungente de perder o único homem do partido com quem podia incondicionalmente contar, aquele de quem esperava a efectivação do programa da *Vida Nova*, enquanto, ao mesmo tempo, deixa transparecer os seus receios quanto ao futuro do movimento a desmantelar-se e do qual ele era mentor. Neste mesmo artigo escreveu estas palavras significativas:

«Que a sua memória honrada se consubstancie, por assim dizer, numa personalidade nova, que os caracteres e as qualidades do extinto chefe se perpetuem de modo que só a saudade do velho amigo nos deixe reconhecer a solução de continuidade — tais devam ser os votos de todos os soldados fiéis do Partido Democrático...»

«Não nos desalenta, porém, este golpe. Venerem o repouso sagrado da morte os que cansaram numa vida laboriosa e cheia

(78) *A Província*, vol. cit., págs. 384, 385, 386, 393, 394 e 395. António Cândido, depois de ler este artigo, escreveu a Oliveira Martins dizendo que o tinham consolado. E continuava: «Não és somente um homem de grande espírito; és também um homem de coração forte! É exemplar muito raro». *D. Carlos I e os «Vencidos da Vida»*, cit., pág. 152. A data da carta está errada, devendo ler-se 1885 e não 1886 como ali figura.

de dedicações. A morte é santa; é purificadora. Despindo-nos das vaidades pessoais, deixa-nos o espírito livre para toda a intensidade dos nobres sentimentos. Junto de uma sepultura os juramentos são sagrados e solenes. E neste momento, os nossos corações fazem um protesto tácito de manter a tradição patriótica do grande cidadão, que a pátria acaba de perder.»

«Paire sobre o nosso espírito a sua sombra, numa visão eterna, como a de um génio de união e de justiça!...» (79).

Todas estas frases, em algumas das quais se nota algum exagero, revelam bem qual era nesse momento o estado emocional que se apoderara do espírito do escritor, e cuja apreensão ele não podia ocultar. Temendo o que estava para vir, sentia bem quão frágeis eram os laços que prendiam os «marechais» do partido entre si; sentiria talvez concomitantemente a fragilidade do movimento lançado na sessão do Teatro do Príncipe Real no meio de tanto entusiasmo e de tantas esperanças de «vida nova». O impetuoso e, tantas vezes, truculento jornalista, Homem Cristo, noticiando n'«O Povo de Aveiro», no dia 13, a morte de Braancamp, punha a questão nos termos que lhe foram sempre habituais, sem subterfúgios ou eufemismos:

«O acontecimento é de grandíssima importância pelas consequências que arrasta. Todo o mundo conhece as graves dissidências que estalaram entre os progressistas e as profundas incompatibilidades que existem entre alguns dos seus homens importantes e ainda se não patentearam em ódios declarados e terríveis, exactamente por causa do Sr. Anselmo Braancamp. A vida deste homem público era o freio delicado que unia elementos heterogéneos e rivais. Com ele desaparece o último lampejo de disciplina no pobre partido progressista.

«É terrível a questão do penacho que se vai travar.»

E no número imediato do jornal, voltava ao mesmo tema:

«Ainda o cadáver do sr. Braancamp estava quente e já os progressistas afiavam as armas de combate! Mal se cerrava a sepultura do velho chefe das hostes partidárias, já os herdeiros das tradições desse partido se atacavam com violência no periódico!

(79) Vol. cit, págs. 386, 394 e 395.

«O sr. António Enes dizia no *Correio da Noite* de sábado passado, dia do enterro do ex-chefe do partido progressista, *que era necessário arremessar pela borda fora os marinheiros infiéis ou turbulentos*. O sr. Emídio Navarro respondia-lhe no dia seguinte nas *Novidades* que ‘estava pelo que quisessem: pela concórdia se a quisessem restabelecer cordialmente e solidariamente; pela *separação mansa*, se não fosse possível um acordo de vistas e de desagravos; e pela *guerra bravia, se, como parecia, para aí lhes puxavam os instintos e os sentimentos*’. Ao mesmo tempo ia tratando o sr. António Enes de ‘*sujeitinho que traz espingarda de lata com balas de cortiça e que não podendo com uma gata pelo rabo dá-se ares de hércules de feira; de pimponete, frasquinho de sais azedos; de cão fraldiqueiro que só ladra quando sente o dono a afagar-lhe o pelo*’⁽⁸⁰⁾.

Rejubilaram republicanos e rejubilaram regeneradores com a luta que parecia iminente entre os «marechais» progressistas à volta da conquista da chefia. Oliveira Martins desejava que tal cargo fosse conferido ao seu amigo Barros Gomes, pessoa de carácter são e, talvez, capaz de seguir a linha de Braancamp. Todavia, ele escusava-se, possivelmente no receio de sentir-se impotente para enfrentar e impor-se a homens tão violentos como Navarro e Mariano. Daí a sua lembrança do nome de José Luciano de Castro, com quem Oliveira Martins conferenciou. José Luciano concordou em apresentar a sua candidatura e prometeu apoiar o programa da *Vida Nova* se fosse chamado a formar Governo após a queda de Fontes.

Mariano, que não podia com José Luciano, batia-se pela candidatura do general João Crisóstomo de Abreu e Sousa, que desistiu, indo procurar José Luciano para lhe dar parte da sua resolução.

Num longo artigo publicado n’«A Província», a 23 de Novembro, procurou Oliveira Martins criar ambiente favorável à união partidária a fim de se eleger o novo chefe do partido susceptível de obter a generalidade dos votos dos Progressistas.

Depois de, mais uma vez, atacar o «Fontismo» e toda a sua política dilapidadora do Tesouro, dizia terem os partidos políticos nascido da necessidade de orientarem a opinião e assim influir esta na marcha dos negócios públicos. Naquela ocasião, escrevia, o Partido

⁽⁸⁰⁾ *Memórias da minha vida e do meu tempo*, Lisboa, s/d, Vol. III, págs. 103 e 110.

Progressista podia «agremiar no seu seio os homens rectos» cujo espírito se revoltara contra a orgia que atravessavam, acrescentando

«porque não há em Portugal grémios políticos dignos de tal nome fora do grémio progressista, e do fontista. O partido constituinte é uma facção, o partido republicano uma quimera, e o realista uma sombra.»

Por isso, tantos homens novos do Norte, em especial do Porto, se haviam alistado no partido, «determinando o movimento de renovação, que se deu no corpo das suas doutrinas», daí tendo resultado a vitalidade da qual tinham dado provas os resultados das recentes eleições municipais, aclamadas como uma vitória, que se foram uma acção, não mereciam «talvez ainda as honras de batalha campal». Não convinha ensarilhar as armas, cumprindo antes «prepará-las para novos e maiores combates».

A 10 de Dezembro ia realizar-se «uma grande revista marcial (...) para o acto solene da investidura do general que deve comandá-las. Toda a deserção seria um crime de lesa-patriotismo, e qualquer abstenção uma falta imperdoável». Tornava-se necessário que os centros progressistas nomeassem os seus delegados, «para que esse dia, gravíssimo a todos os respeitos», mostrasse com toda a clareza a importância da força do partido⁽⁸¹⁾.

Já antes da morte de Braancamp, Oliveira Martins, na iminência do falecimento do velho chefe, pensava que a chefia devia recair em Barros Gomes, cujo carácter, talento, saber e sensatez pareciam fadá-lo «para um papel indispensável [naquela] empresa de rejuvenescimento da política portuguesa». Tendo tido com ele uma conversa no verão anterior, e em presença dos argumentos apresentados pelo amigo «no sentido de se furtar a dirigir a política do nosso partido, reconheci que a força das coisas nos impelia a todos para o José Luciano», como escreveu em carta dirigida a Barros Gomes, acrescentando, com ingenuidade:

«As declarações e protestos inclusivamente socialistas (à nossa moda) que ele me fez aqui em outubro estreitaram as minhas relações com ele, e a ideia de que ele herde o bastão de comando, sem dizer que me seja tão simpática como se fosse

(81) *A Província*, vol. cit., págs. 411-414.

o meu amigo o herdeiro, é necessário reconhecer, concordo, que é a única aceitável.»

Seguidamente declarava que tivera naqueles dias longas conversas com muitos amigos particulares e comuns, tendo verificado haver «unanimidade de opinião a tal respeito», acrescentando, de modo surpreendente, que o próprio Mariano também assim pensava, tendo chegado a ir a casa de José Luciano, na Anadia, «prestar homenagem de aliado fiel... ou submisso apenas»!

Logo a seguir confidencia ao amigo que havia

«o propósito de coagir o futuro chefe a operar num sentido *novo*, e portanto o plano expresso na sua [de Barros Gomes] carta de consolidar no seio do partido um grupo que, sem conspirações nem intrigas indignas de todos nós, pugnar forte e decididamente pela *vida nova* (meta nesta palavra todo o corpo das nossas ideias acerca do Estado, como autoridade, protecção, liberdade, etc.).

Esta carta é curiosíssima por demonstrar como o teórico da *Vida Nova* estava a sofrer a influência do meio político para onde se atirara, e, ao mesmo tempo, como se esforçava por alcandorar-se a orientador político do partido, na ilusão de poder vir a fazê-lo aceitar as suas doutrinas nas quais, bem feitas as contas, apenas ele cria.

Braancamp estava então prestes a deixar este mundo. Vivesse, porém, ainda mais anos, seria como se tivesse morrido «porque apenas aparente que a sua presença mantém, é talvez mais prejudicial do que um desmembramento», o que era a expressão da sua aceitação às ideias manifestadas em casa de Braancamp, na Granja, de que o partido não precisava de mais aderentes, mas de cortes.

Achava indispensável uma concentração à volta de José Luciano, em quem, como se viu, ele punha as suas esperanças com vista à futura chefia, pois os prováveis candidatos — o general João Crisóstomo (que, como se viu, não aceitou), o Conde de S. Januário e o Conde de Valbom — não reuniam as condições que ele via em José Luciano (quais?...). Em seu parecer, este não encontraria obstáculos da parte de ninguém, salvo do seu feroz amigo Navarro, de quem António Cândido e Carlos Valbom se haviam afastado, deixando-o completamente isolado, e isto, cria Oliveira Martins, havia de «fazê-lo reflectir mais do que quaisquer conselhos».

Barros Gomes propusera-lhe solucionar a questão entre Navarro e José Luciano suprimindo as «Novidades» e o «Correio», ao que Oliveira Martins responde:

«Talvez fosse agora o momento: pagar as dívidas das *Novidades* pôr o Navarro no Correio e pôr o Enes que é homem de muito juízo, muito carácter e muita prudência, no *Progresso*, erigido outra vez em órgão oficial do partido.»

Entendia que a «remodelação das instituições constitucionais do partido deviam coincidir com a entrada do José Luciano», propondo que a Comissão Executiva devia ser «*muito pouco numerosa*», composta de três ou cinco membros; se se conseguir tudo aquilo, «a ordem de coisas mudaria» ... E punha as suas esperanças no amigo a quem se dirigia ⁽⁸²⁾.

Mas Braancamp morreu e logo surgiu o problema da sucessão, para resolver o qual a 10 de Dezembro se reuniram os Progressistas e ali, escreveu Luís de Magalhães, «fez-se um simulacro de paz. Mariano fez as pazes com o Correia de Barros [!!], o Navarro e o José Luciano abraçaram-se (...). Tudo isso, se foi sincero no momento, não tinha garantia alguma de duração. Em todo o caso serviu apenas para dar uma certa unidade à oposição no parlamento.»

Continuando, escreve Luís de Magalhães:

«Estava pois chefe do partido progressista o José Luciano de Castro. Fácil era de prever que a nossa importância ia baixar com tal homem. O José Luciano é honesto, é leal, tem boas intenções, toma a sério o seu papel político, trabalhando rijamente; mas não tem força, é indiscreto e volta-se com extrema facilidade. Além disto é medroso e tem o vício enranhado da politiquice: amar o poder pelo poder. Tanto podíamos ficar na energia e autoridade de Braancamp, como tínhamos a temer das qualidades do novo chefe. Em todo o caso força foi preferi-lo a João Crisóstomo, para bater a influência do Mariano»... ⁽⁸³⁾

⁽⁸²⁾ *Correspondência* cit., págs. 77-82.

⁽⁸³⁾ MS cit., Fol. 36. Diga-se, a propósito, que o retrato moral que de José Luciano traçou Luís de Magalhães, era o dos tempos da mocidade «política» do estadista. Com o decorrer dos anos, as qualidades viraram em defeitos e estes duplicaram, tendo José Luciano, durante o reinado de D. Carlos e do filho D. Manuel II, sido o autêntico «dono» e senhor da Política, apelidado pelo povo de «Senhor dos Navegantes» por viver no seu palacete sito à Rua dos Navegantes, em Lisboa.

Daqui poderá concluir-se de certeza que o declínio da *Vida Nova* se confirmara e seguia o seu curso; pouco tempo lhe restando, portanto, para viver. Os factos que adiante relataremos vieram, sem a menor dúvida, demonstrar quanto ele se enganara ao escolher o Partido Progressista para nele ingressar com vista a, desse modo, poder dar realidade ao seu programa «socialista»: não só as bases doutrinárias desse partido não se adequavam às ideias do escritor, como também nenhum dos homens responsáveis do mesmo, a começar em Correia de Barros, estava em condições de o acompanhar com sinceridade. A morte de Braancamp, como ficou já dito, veio finalmente abrir os olhos a Oliveira Martins e revelar-lhe, não apenas a impossibilidade assinalada dessa conciliação, como a podridão que lavrava no Progressismo português.

É de crer que já se convencesse de estar mergulhado até aos cabelos, não só nas lutas partidárias, como também nas quezílias mesquinhas entre os «marechais» do próprio partido, e se até à morte de Braancamp se certificara de nele ter um escudo e um sustentáculo de apoio, tal certeza desvanecera-se totalmente com o advento de José Luciano. Relata Luís de Magalhães que este fizera a Oliveira Martins «as mais solenes promessas de amizade e boa inteligência» e «que se fosse chamado a formar gabinete⁽⁸⁴⁾ no caso da queda de Fontes, não o assustava a influência ou as intrigas de Mariano-Navarro desde que contasse, para a formação do seu ministério, com o Oliveira Martins, Barros Gomes e João Crisóstomo».

Confiou o historiador na promessa do novo chefe e, entretanto, recebia outra de Correia de Barros. Como sabemos já, o engenheiro estava à frente da Câmara do Ponto, mas pretendia ser colocado na Alfândega da cidade, lugar rendoso que esperava obter quando os progressistas subissem ao Poder. Como Oliveira Martins fora, entretanto, eleito vereador substituto nas eleições de 1 de Novembro, Correia de Barros, reconduzido nas funções, entrou em combinação com Oliveira Martins, sendo uma das cláusulas deixar ele a Oliveira Martins a Presidência na hipótese de ser colocado na Alfândega⁽⁸⁵⁾. Adiante se verá como também neste caso o escritor foi logrado e como o homem da «nódoa», que lhe devia a reabilitação dentro do partido, pôs de parte todos os juramentos e promessas, tão depressa viu opor-

(84) O nosso Constitucionalismo adoptara o substantivo britânico *Cabinet* para, oficialmente, se referir ao Ministério, termo ainda usado na linguagem oficial da I República.

(85) MS cit., Fol. 36.

tunidade de se alcandorar a uma posição rendosa. O historiador, como Moniz Barreto acentuou no seu ensaio já referido, possuía em alto grau intuição psicológica, do que a reconstituição de figuras históricas é a prova insofismável. Carecia, porém, dessa qualidade quando tinha de tratar com seres vivos, disto resultando mostrar-se incapaz de ler, ou pelo menos adivinhar, o pensamento de quantos o rodeavam e dele se valiam como bandeira ou cartaz para fins inconfessáveis.

Julgou o Partido Socialista através da *diafaneidade moral do seu falecido chefe*, erro inexplicável num homem habituado a interpretar o pensamento das grandes figuras históricas, cujos actos e ideias o historiador intuía e julgava, tantas vezes com severidade, mostrando-se ainda conhecedor da psicologia das multidões e da inconstância destas.

A sua entrada para o partido só veio, afinal, a agravar a sua posição, forçando-o, como já salientámos, a descer do pedestal a que a sua obra o havia erguido, e a acabar desiludido. Nem por isso, entretanto, revelou disposição enérgica para «quebrar os tirantes»: a fazê-lo, enérgico como tantas vezes no passado demonstrara ser, poderia ter contribuído para se reabilitar perante tantos adutores, desgostosos com o seu acto político, e, também, aos seus próprios olhos.

O Progressismo, que nunca acreditara na *Vida Nova* nem a ela se aliara a valer, desconjuntava-se a olhos vistos, factos que a eleição de José Luciano veio agravar, como a morte do todo-poderoso Fontes, poucos anos depois, iria dar origem à desagregação do Partido Regenerador.

Se Braancamp fora o homem de superioridade moral «transparente como o vidro», e, por isso mesmo, se impusera *da se* a todos os «marechais» do Partido Progressista e lhes continha as mal veladas intenções, Fontes, por seu lado, era o homem superior que, pela sua rigidez, um tanto teatral, se fizera temer pelos «marechais» do Partido Regenerador. E assim, estes dois homens, de origem, formação mental e temperamento tão diferentes, chegaram a igualar-se na forma como conseguiram manter coesos os respectivos partidos enquanto viveram. Desta forma se explica a desagregação pouco depois de qualquer deles baixar ao túmulo.

Dentro do progressismo, Mariano de Carvalho continuava, por todos os meios, a guerrear a *Vida Nova*, na certeza antecipada da sua dissolução. Ao novo chefe do partido tão pouco o movimento parecia ter caído em graça, apesar de ter sido testemunha ocular da sessão do teatro do Príncipe Real, presidida por A. Braancamp. E bastará que o último Ministério de Fontes entre em crise, para se verificar a ter-

giversação de José Luciano e como a Oliveira Martins ficará vedado o acesso aos Conselhos da Coroa pelas tranquibérnias de Mariano.

Pela sua parte, Navarro, que tanto a jeito tomara a defesa da *Vida Nova*, estava, dissemo-lo já, a procurar desviar-se do caminho anteriormente seguido, tendo o seu jogo começado a adivinhá-lo Carlos Valbom, seu braço direito no jornal. Em Outubro, ainda antes da morte de Braancamp, Navarro, tendo de ausentar-se de Lisboa, entregou-lhe a direcção das «Novidades». No regresso, no mês imediato, parece ter havido desinteligências entre os dois, afastando-se Valbom «por um bom par de dias», conservando-se alheio a tudo quanto ali se fizesse e se escrevesse, como disse em carta de 2 de Novembro para Oliveira Martins, acrescentando:

«Assim o declarei ontem ao Navarro, numa larga entrevista que tive com ele, assim como lhe disse também que o não acompanhava nos seus desvaios, porque estou fortemente resolvido a trabalhar para o robustecimento do partido progressista, sem fazer questão de pessoas nem levantar incompatibilidades.

«Estou farto de pretender ser *cornaca* dum elefante tão bravo. Basta de trombadas! Tudo isto que aqui lhe digo é muito confidencial, porque ficámos muito a bem o Navarro e eu, ostensivamente não me retiro das *Novidades*, e ele ainda julga, que isto é capricho de momento. Mas não é; é resolução inabalável»⁽⁸⁶⁾.

Oliveira Martins saudou a eleição de José Luciano em dois artigos, publicados n'«*A Província*» em 11 e 12 de Dezembro, o primeiro dos quais revestia a forma de ditirambo do Partido Progressista, chamando-lhe (ainda uma vez!...) o «grande partido democrático nacional», no seio do qual podiam «dar-se como extintas as pequenas questões pessoais» (!), sendo, ao mesmo tempo, um esquema de programa político, espécie de resumo da «Advertência» da *Política e Economia Nacional*. Havia, continuava o iluso político novato, «um anseio de vida nova que [fazia] esquecer todos os erros passados». Na sua crença, a união era sincera, «porque um ideal comum solicita os esforços e a boa vontade de todos». Não se tinha feito

«um pacto efémero, desdobrado em condições bizantinas, expresso em artigos de contrato comercial. Levantou-se, como

(86) D. Carlos I e os «*Vencidos da Vida*», cit., pág. 147.

num altar, a imagem sagrada da Pátria, e a ela sacrificaram todos os seus ressentimentos e os seus agravos (?).

«Só os que andam imersos no torpe egoísmo, que esteriliza todas as almas, poderão deixar de ver o que há de nobre, de digno e de simpático neste procedimento desinteressado.

«Nós sentimo-nos alegres e quase felizes, revigorados para a luta, preparados para as grandes batalhas, que enobrecem todos os combatentes, ainda os mais obscuros».

Mais adiante acrescenta:

«Cerraram-se as fileiras, aclamou-se o general, vitoriam-se os capitães, prestou-se homenagem de saudade e de respeito à memória dos valentes lidadores extintos que legaram um exemplo de ouro; mas isto não quer dizer que o Partido Progressista, manietado pelo rigor da disciplina intransigente, se volvesse numa massa pardacenta, indistinta, por igual informe, num «exército de autómatos».

Não se quebrara a «unidade geral democrática» — prosseguia o autor —, embora permanecessem «as *nuanças* políticas!» «O partido, a que chama Liberal Português compunha-se «de uma direita mais ou menos conservadora, de um centro numeroso formado pelas opiniões médias, o que traduziu o pensamento mais corrente da pequena burguesia», e finalmente «de uma esquerda radical», onde Oliveira Martins desejava encontrar-se, esquerda que acompanhara a evolução política de todas as sociedades modernas, mas não se deixava «desviar pelas utopias anárquicas, que desconjuntam e fazem periclitar a paz de algumas das mais poderosas nações da Europa», declarando público e raso: «O nosso radicalismo não é jacobino». Seguiu-se a exposição-síntese do seu pensamento político-económico no momento em que fora eleito o novo chefe do partido — talvez no intuito, mal velado, de lhe recordar como Braancamp o aprovara ao dar o seu *placet* à *Vida Nova*.

Deixamos de lado essa exposição de um ideário já recordado em páginas anteriores, pelo que passamos a transcrever a saudação do autor ao novo e ilustre chefe do partido; sendo

«como soldados [que] nos preparamos para a luta honrada que se vai tentar, animados da boa vontade e do entusiasmo com que os espíritos novos se dedicam à defesa das causas grandes».

Declarando (santa ingenuidade...) reatadas «as tradições gloriosas do Partido Progressista, ao qual augurava uma época brilhante de serviços a favor do país», concluía:

«Procurámo-lo na hora da adversidade. Esperamos sem impaciência, como quem tem a certeza da vitória, pelo dia do seu triunfo que será de gala nacional, porque significará o renascimento da nossa pobre pátria» (87).

Não podia o historiador prever que quatro anos após iria ser precisamente o 1.º Ministério de José Luciano o responsável pelo célebre *ultimatum* inglês provocado pela política diplomática do seu amigo Barros Gomes, alçado a Ministro dos Negócios Estrangeiros. Por outro lado nunca o Partido Progressista, até à queda do regime em 1910, conseguirá levar a efeito nenhum dos pontos desse programa em que Oliveira Martins, seu autor, punha tantas esperanças.

Mas, no momento em que o escritor escrevia os seus artigos, a transpirarem entusiasmo e fé, entrava a *Vida Nova*, na agonia, tendo por cozeiro o mesmo José Luciano.

Entre os acontecimentos ocorridos nos últimos tempos do Governo de Fontes teve singular repercussão a célebre questão entre Guimarães e Braga, em 28/11/1885, que se repercutiu em todo o Minho e se estendeu até à Capital, dissídio que, por demasiado longo e, também, por ter sido já exaustivamente estudada em várias obras, nos abtemos de a ela lhe fazermos referência (88).

As complicações e implicações políticas desse dissídio agravavam-se quase dia a dia e, assim, agravavam igualmente a vida do Governo, vendo-se Fontes colocado perante a necessidade de demitir-se, amachucando-lhe o orgulho e a altivez natural, pelo que, parece, combinou com o Rei, com vista a uma saída airosa para a sua vaidade, que ela se fizesse por forma a dar a entender não ter já Fontes a confiança do monarca, aconselhando-o, porém, a entregar o Poder aos Progressistas, assim encarregando José Luciano de constituir Ministério, sob a condição, porém, de entregar a pasta da Fazenda a Mariano de Carvalho.

Teria tal combinação existido na realidade, ou ela se divulgaria por meio de um *tour de passe-passe* engendrado pelo «D. Magnífico» para abandonar airoso o Poder sem provocar *la risée* dos seus

(87) *A Província*, vol. cit., págs. 454-457.

(88) Ver, por exemplo, de Manuel Alves de Oliveira, *Um motim de há cem anos*, Guimarães, 1985.

adversários e críticos? Ignora-se. No entanto, se, efectivamente, foi Fontes quem propôs a D. Luís a ideia de este sugerir a entrada de Mariano para a Fazenda foi isso golpe de mestre no orgulho de Oliveira Martins a demonstrar que o olímpico Presidente lhe conhecia os ataques d'«A Província»...

O Rei chamou, portanto, José Luciano e encarregou-o de constituir Gabinete. O chefe progressista, de acordo com a combinação oportunamente feita com Oliveira Martins, telegrafou-lhe chamando-o a Lisboa. Saindo, porém, do Paço, dirigiu-se a casa de Mariano e convidou-o para sobraçar a pasta da Fazenda.

No início da sua carreira de chefe do partido, José Luciano começava a demonstrar não possuir a fibra de Anselmo Braancamp. Conforme deixámos antes dito este apesar de «transparente como vidro», não era maleável nem se deixava ultrapassar, nem sequer pelo Rei. A manobra de D. Luís (sugerida por Fontes? tendente a afastar Oliveira Martins o historiador que desacreditara os Braganças?) talvez não fosse espontânea do monarca, de quem Mariano tantas vezes chasqueara e grosseiramente. Fontes não tinha razões para admirar o fundibulário do «Diário Popular». Mas a camaradagem deste com os seus sobrinhos nos negócios dos caminhos de ferro, talvez possa explicar uma condescendência que, à vista desarmada, poderia surpreender.

Luís de Magalhães atribui a Guerra Junqueiro, então ainda militante do Partido Progressista, o dito: «O Mariano era com efeito um diabo muito fino, mas que tinha um rabo muito comprido de que a ponta estava em casa do Fontes», aludindo a Fontes Ganhado, sobrinho do ex-Presidente do Conselho ⁸⁹⁾.

Oliveira Martins começava a ser bloqueado no seu desejo de subir ao Poder primeira fase do obstrucionismo que o vinha impedindo de ascender aos Conselhos da Coroa e, uma vez lá chegado, do «torpedeamento» que poria fim à sua carreira política. O político inexperiente — entenda-se: «inexperiente» não na ciência política que assimilara no decurso das suas leituras e consecutiva reflexão, mas «inexperiente», sim, nas «artes e artificios» da Política —, estadista *in herbis*, ainda, ao que parece, não apercebido claramente de que não o toleravam dentro do partido e àquela peléiade de jovens dinâmicos entrados com ele para lá...

Recebido o telegrama de José Luciano, logo o historiador se

(⁸⁹⁾ MS cit., Fol. 38.

(⁹⁰⁾ Fol. 40.

dirige para Lisboa na companhia de Correia de Barros, também este convocado. José Luciano, entretanto, gastara todo um dia «em correias para casa dos diferentes políticos e em conferências e combinações»⁽⁹⁰⁾, parecendo ter deparado dificuldades para a organização do elenco ministerial, possivelmente, porque sendo a primeira vez que ia presidir a um Gabinete, houvesse hesitações da parte de alguns dos consultados.

No Porto, sabido como Oliveira Martins havia sido chamado a Lisboa, esperava-se já vê-lo de posse duma Pasta e à redacção d'«A Província» acorreram numerosos «figurões progressistas do Porto» a quem o jornal cheirava «a órgão oficial, a órgão de ministro»⁽⁹¹⁾.

De Lisboa, António Feijó, um dos entusiastas da *Vida Nova*, escrevia a Luís de Magalhães a dar-lhe a notícia de ser certa a entrada do escritor no novo Gabinete.

Tudo, porém, se conjugou para afastá-lo do Governo, sabendo de antemão José Luciano que ele não aceitaria outra pasta senão a da Fazenda, oferecendo-lhe em troca e para o compensar (*sic*) a das Obras Públicas, que Navarro, aliás, reclamava para si!...

A reunião em casa do chefe progressista decorrera agitada: Oliveira Martins recusara a pasta oferecida, enquanto Barros Gomes, por seu lado, declarara não entrar no Ministério senão na companhia de Oliveira Martins, assim se levantando enormes problemas a José Luciano. Escrevia António Feijó:

«Sem o apoio do Barros Gomes, via-se perdido, arrastado, enredado pelo Mariano, contra quem se queria premunir mettendo no ministério um outro elemento ponderador. Assim continuaram em conferência até às 4 horas da manhã, o J. Luciano insistindo até às súplicas, o Barros Gomes e o Oliveira Martins recusando-se absolutamente»⁽⁹²⁾.

Nada se resolveu em definitivo, tendo José Luciano pedido que aguardassem até ao dia indicado para se chegar a uma solução. No dia imediato, porém, ao visitar Barros Gomes na sua residência, Oliveira Martins disse ter ficado espantado ao saber que nesse dia, às 7 horas da manhã, José Luciano lhe batera à porta e «se lhe deitou aos pés a chorar, pedindo-lhe que o não desamparasse, que o não perdesse.»!

⁽⁹¹⁾ Fol. 46.

⁽⁹²⁾ Fol. 43.

Perante a atitude do seu chefe, que cremos único em toda a história do Constitucionalismo português, Barros Gomes puzera-lhe uma condição para a sua entrada no Ministério: desdobrar-se o futuro Ministério das Obras Públicas criando-se uma nova pasta, a da Agricultura, «que ficaria reservada para o Oliveira Martins».

Em face de tudo quanto depois se passaria, então fácil de prever, Oliveira Martins não deveria ter cedido, a despeito da profunda amizade que o ligava a Barros Gomes, que por ele tinha uma verdadeira admiração. O programa da *Vida Nova* fora, afinal, posto completamente de parte pelos elementos categorizados do partido, a começar pelo próprio chefe, não obstante as promessas feitas (promessas de político...). Nenhum dos «marechais», com excepção, talvez, de Barros Gomes e António Cândido, acreditava nesses princípios que, uma vez postos em prática, alterariam por completo a fisionomia do Progressismo, aproximando-o dos princípios advogados pelo Partido Republicano, apesar da incompatibilidade entre este partido e Oliveira Martins. Afinal o interesse dos progressistas de «alto nível» era apenas a *Vida Velha*: o importante era sentarem-se nas poltronas do Poder, nisto se não distinguindo dos desejos e ambições dos próceres dos regeneradores... Um século convulso passou sobre tudo quanto temos relatado para chegarmos à nossa época e vermos os mesmos factos repetirem-se com outros homens...

Oliveira Martins estava a deixar-se empurrar para o vespeiro onde se debatia a política portuguesa nesse último quartel do séc. XIX, com todas as consequências desagradáveis para o próprio escritor. Luís de Magalhães, jovem entusiasta e um dos mais leais auxiliares de Oliveira Martins esforça-se por defendê-lo quando escreve:

«o Oliveira Martins viu como era urgente não deixar a *Vida Nova* sem um representante no ministério. No Porto continuava a divisão dos progressistas. Não poderia o J. Luciano *abandonado* ⁽⁹⁵⁾ pela *Vida Nova* opor-lhe os dissidentes e desmanchar o ponto de apoio que o Oliveira Martins tinha na Câmara do Porto? Em vista disto aceitou a combinação de Barros Gomes, reservando-se o pleno direito de sim ou não aceitar mais tarde essa pasta nova e comunicaram isto ao J. Luciano que se mostrou cheio de reconhecimento» ⁽⁹⁴⁾.

(95) O sublinhado é nosso.

(94) MS cit., Fol. 45.

Todavia, a Barros Gomes não foi dada a pasta dos Estrangeiros, que sobraçaria poucos anos depois, tendo portanto ficado de fora. Mariano ficou com a da Fazenda, Navarro com a das Obras Públicas, e o Rei, a quem, segundo dissemos, o historiador não era *persona grata*, teve de aceitar *constitucionalmente*, aqueles dois fundibulários, que tantas vezes o haviam injuriado directamente...

No Porto causou grande descontentamento o novo Ministério tal como fora constituído, e para a gente d'«A Província» foi um desapontamento completo: «caiu-me a alma aos pés», escrevia Luís de Magalhães.

A Imprensa abriu logo fogo contra o Gabinete, enquanto, por outro lado, chasqueava de Oliveira Martins. E João Franco, que anos mais tarde alardeará a sua amizade pelo escritor, de cujas ideias políticas se diria continuador, declarava que o Ministério da Agricultura «era o prémio de consolação para um corredor que não chegou à pista»...⁽⁹⁵⁾.

Rafael Bordalo, sempre escarninho e então a dirigir os «Pontos nos ii», vergastava sem dó nem piedade José Luciano, Mariano e Navarro. Em números sucessivos publicava expressivas caricaturas, algumas delas alusivas à, aliás suposta, herança «patuleia» do Partido Progressista.

Numa dessas caricaturas, dum cómico irresistível, vê-se o Rei vestido de padre dentro do confessionário, tendo Mariano, de ar contrito, a seus pés e a bater no peito; junto dele está pousada a cartola, debaixo da qual sai um barrete frígio.

Por baixo a legenda, na qual Mariano diz: «*Mea culpa! mea culpa!* Eu peccador, me confesso a vós; sinto que vos ofendi, inventando a *albarda*, trazendo a *capa* a lume e ameaçando o pimpolho com cilfícios de tirapé. Hoje arrependido creio em vós todo-poderoso...»

A isto responde o Rei: «— Basta de lamúria! Dá cá a espórtula da *desarrisca* e podes ir buscar o bilhete da confissão porque estás absolvido...»⁽⁹⁶⁾.

Noutro desenho, subordinado ao título *Como se vingam um rei!*, vê-se Mariano, envergando o fardão de Ministro e de mão na cinta, a olhar de soslaio e sorridente uma enorme pena de pato, que verte uma lágrima: «— Ai que pena! diz a pena; já te não sirvo para

⁽⁹⁵⁾ Fol. 48.

⁽⁹⁶⁾ «Pontos nos ii» de 24 de Setembro de 1886.

nada... Agora só se me utilizares enfeitando comigo o teu chapéu armado...» (97).

Oliveira Martins continuava a ser ridicularizado pela imprensa hostil, a qual glosava, de todos os modos, o tema «Ministério da Agricultura», chocarreiramente apelidado de «ministério das *batatas*». O escritor, que nunca antes se vira alvo de ataques tão soezes, a ele, inegavelmente, um dos Grandes (com G maiúsculo!) de Portugal, felizmente para si próprio não respondeu a esses ataques, o que, a tê-lo feito, muito teria contribuído para desmerecer de muitos dos seus admiradores.

Apesar de tudo, deveria ter atravessado forte crise espiritual, ele, o iludido, mais do que isso o enganado político incipiente, que acreditara nas palavras do homem da «nódoa» e se deixara empolgar pela euforia criada pelo movimento por ele lançado no Porto e o empurrara para a Política, para a política portuguesa com os seus lóbregos meandros de interesses, de cupidez, de ambições desmesuradas, de insensibilidade para com os mais fracos, e, acima de tudo, a inveja encurralada em tantos corações de políticos, meandros cujos abismos exerceram no espírito do escritor essa atracção que força os homens à queda, queda sobre a massa viscosa de lama que o sujará implacavelmente.

Se, por um lado, o seu desejo de ir ao Poder, convicto de dar efectividade ao seu pensamento de restaração do País e, com isso, salvar o Constitucionalismo português já entrado em crise a um quarto de século da sua morte, por outro lado, deixa-se coartar pelos políticos nenhum dos quais, repetimos, queria compreender o nobre ideal do pensador, sentindo-se este chocado pela forma desonesta como o haviam tratado, sentindo o seu orgulho amarfanhado ao ver-se enxovalhado até por correligionários seus, depois de o ter sido pelos Republicanos e por estes exautorado. Não é possível, a cem anos de distância, saber até que ponto esse triste estado de espírito contribuiu para fazer deflagrar, ou agravar a doença que o liquidaria a 8 anos de distância.

Luís de Magalhães, ao comentar este primeiro fracasso do amigo, escreveu:

«Nisto se vê como o José Luciano comprometeu logo ao princípio os antigos planos de Braancamp. Se fosse outro homem teria dito ao rei que aceitava a missão de formar gabinete, mas

(97) N.º de 7 de Maio de 1886.

reservando-se a ampla liberdade de escolher os homens com quem havia de servir. E assim ou imporá ao rei um ministério de gente decidida a trabalhar, a reformar e a moralizar, ou o deixaria a descoberto, provando a incompatibilidade entre a Coroa e o País.

«Ele, porém, desorientado com a sua própria importância, transtornado pela perspectiva de ser *presidente do conselho de ministros*, com a sua leviandade e precipitação habituais, curvou a cabeça às indicações do rei, aceitou tudo, subscreveu a tudo e arranjou um gabinete retalhado desde a nascença por antagonismos insolúveis.

«A tábua de salvação duma situação progressista ajuizada e forte — perdia-se também. Nisto se sentia pela primeira vez a falta que o Braancamp fez ao seu partido» (98).

Escrevendo mais de meio século depois, insistia Luís de Magalhães em que fora a morte de Braancamp «que eliminou a máxima garantia de êxito da cruzada nacional que Oliveira Martins pregara e de que havia hasteado o pendão messiânico» (99).

Abrira-se entretanto a campanha eleitoral, e Oliveira Martins candidatou-se pelo círculo de Viana do Castelo. Guerra Junqueiro desempenhava ali as funções de secretário do Governo Civil, e era um admirador do escritor, tendo-o apoiado com entusiasmo no movimento da *Vida Nova*, propondo-se ele próprio também a candidato. Explicaria ele, muitos anos mais tarde, tê-lo feito «movido apenas por uma ideia nobre e desinteressada: acompanhei Oliveira Martins, visto que mais do que ninguém eu concorrera para o levar a uma acção de governo dentro do partido progressista», pois via nele «o chefe perfeito, o homem de estado superior» (100).

E para apoiar o seu amigo e esclarecer os eleitores, publicou na «Aurora do Lima» um longo artigo, subordinado ao título de *Oliveira Martins*, de que se respigam alguns excertos.

Começava por assegurar que se todos os candidatos fossem como Oliveira Martins, poderia fazer-se «uma linda economia no orçamento» reduzindo os círculos eleitorais a 12, aventando que «esse poder legislativo seria ao mesmo tempo o executivo, sem aumento de ordenado», pois com 12 legisladores como Oliveira Martins,

(98) MS cit., Fols. 49-50.

(99) «Prefácio». In-*Perfis*, de J. P. Oliveira Martins, cit., pág. XLV.

(100) «Execução de uma quadrilha». In-*Horas de Luta*, Porto, 1965, pág. 137.

«em vez duma câmara... óptica, em que a imagem do senso comum é quase sempre reproduzida de pernas para o ar, teríamos um verdadeiro apostolado nacional, sem o apóstolo que se enforcou (que safardana ingénuo!) por ter *desviado* (sejamos parlamentares) uns trinta insignificantes dinheiros».

Os partidos políticos monárquicos não tinham qualquer ideologia que os diferenciasse. Eram a «mesma droga com rótulos diferentes». Mas Oliveira Martins entrou no Partido Progressista,

«introduzindo nele uma larga corrente de ideias, prática e fecunda. O seu programa é este: eliminar da vida política o cepticismo corrupto e jacobinismo doutrinário, e dentro das instituições que por enquanto nos regem, organizar e desenvolver todas as fontes da riqueza pública, todas as forças do trabalho nacional — desde a fábrica até à lavoura e desde a lavoura até à escola».

Estava o autor consciente de que Oliveira Martins, se o não inutilizassem ou se ele próprio se não inutilizasse, podia vir a ser num futuro próximo um estadista de primeira ordem, pois reunia todas as condições para isso.

«Primeiro que tudo é um honesto, um sincero, um crente. A sua vida particular, toda feita de trabalho, de honradez e de dedicação, pode ser exposta numa praça pública à luz rutilante do sol do meio dia, para exemplo e vergonha de quase todos nós».

Conseguiu Oliveira Martins

«pelo seu simples e heróico esforço individual tornar-se o homem predestinado sobre quem a pátria tem os olhos fitos à espera de um redentor (dos nossos tempos) para a redimir de todo esse carnaval mortuário que vai desde o Terreiro do Paço até aos adros das mais obscuras freguesias sertanejas.

«Oliveira Martins é um espírito extraordinariamente complexo. É um idealista e um economista. Vive conjuntamente no seu tempo e na sua hora no seu mundo e na sua rua. Conhece o passado, conhece o presente, e deve conhecer, pelo menos um pouco — o futuro. A história humana é um imenso círculo vicioso, isto é, cheio de vícios.

«Oliveira Martins é um grande anatomista e um grande psicólogo, que num anfiteatro enorme disseca e analisa impassivelmente, implacavelmente, o corpo e o espírito quer dum indivíduo, quer duma sociedade, quer duma nação. É ao mesmo tempo um telescópio e um microscópio. Vê o infinitamente grande e o infinitamente pequeno. Vê César e o Sr. Fontes.»

A concluir, perguntava se Oliveira Martins conseguiria ou não realizar o seu ideal, respondendo que não sabia. Do que tinha, porém, a certeza era de que, vencido ou vencedor, ele sairia «de todos os conflitos, de todas as batalhas e de todas as crises, inteiramente honrado e inatacável».

Contava seria breve ministro, o que os amigos lamentavam, por entenderem que antes de vir a sê-lo, deveria ter sido 4 ou 5 vezes deputado. Junqueiro, porém, discordava de tal ponto de vista.

«Quatro sessões parlamentares teriam dado ao Sr. Oliveira Martins pelo menos quatro desilusões crónicas, absolutamente incuráveis — mesmo em Faro.

«Portugal é um enfermo e o Sr. Oliveira Martins o médico. A doença é crónica e é grave, mas ninguém como ele saberia tratá-la, porque conhece como ninguém a vida e o temperamento do doente.

«Dentro de meses estará o Sr. Oliveira Martins junto do moribundo. Oxalá que o deixem receitar, e que o agonisante lhe queira tomar o remédio» (101).

Causa tristeza saber que, poucos anos andados, esta admiração, com seu quê de ingénio, irá transformar-se numa aversão completa da parte do historiador.

Eleito deputado por Viana do Castelo, recebeu Oliveira Martins convite de Navarro para proceder a um inquérito agrícola, o que aparentemente tomava aspecto honroso para o animador da *Vida Nova*, mas na realidade o feria na sua sensibilidade. Navarro e José Luciano parecia não terem em grande conta os conhecimentos políticos do historiador, apenas demonstrados até então como historiador crítico, o que o consagrara nas altas esferas da cultura nacional e em Espanha.

Não bastava isso, porém, segundo se depreende da atitude do chefe e dos «marechais» do Partido Progressista, para firmar os créditos políticos de alguém. Suspeitavam eles de o historiador ter ambi-

(101) «Aurora do Lima», N.º 4543 de 19 de Março de 1886.

ção de ascender a Ministro, mas entendiam ser necessário previamente prestar as suas provas como deputado e no desempenho de certas missões das quais pudesse encarregar-se como tantos outros haviam feito antes. Dir-se-ia, na linguagem de hoja: Oliveira Martins teria de ser submetido a um *test*...

Como poderia admitir-se que um novato na Política, sem qualquer experiência do *métier*, ultrapassasse num ápice todos os que, velhas «raposas» da vida política, com provas sobejas prestadas, haviam demonstrado o seu valor? Por isso, Navarro, talvez não tirasse esquecido de todo as palavras dirigidas a Oliveira Martins na redacção d'«A Província» ao despedir-se do historiador. Na realidade, parecia sentir admiração por Oliveira Martins, e assim oferecia-lhe o ensejo para «fazer exame para Ministro da Agricultura» ao encarregá-lo do inquérito agrícola.

E que era esse o pensamento de Navarro, prova-o a carta dirigida a Oliveira Martins, datada de 15 de Junho, para se informar do seguimento do seu convite:

«Parece-me que fez mal em não querer incumbir-se do inquérito.

«Nasceu de mim essa ideia, com o sincero desejo de lhe proporcionar a feitura de um trabalho de largo fôlego que para a opinião pública e para o partido progressista suprisse a falta de tirocínio parlamentar, que, bem ou mal, se reputa consagração necessária para a ascensão a ministro. Tratei, pela minha parte, e *sem que ninguém me lembrasse* (101) de lhe facilitar o salto desse barranco, onde às vezes, homens de evidente merecimento ensangentam os pés e as mãos durante largos anos, sem lograrem realizar a sua aspiração».

Não podia Navarro ser mais claro, mas dizê-lo a Oliveira Martins e, ainda mais, pela forma como o fez lembrando-lhe ter sido ele próprio quem decidira apresentar-lhe o ponto «para exame para Ministro», foi *gaffe*, acto impolítico, além de colidir com o orgulho do escritor.

Mais adiante, prossegue:

«Porque declinar V. de si o encargo de fazer o inquérito? Por querer fazê-lo como ministro? Eis-nos chegados ao ponto melindroso do assunto.

(102) Sublinhado de Navarro.

«V. porém parece que julga para si necessário e para o governo possível, desdobrar o ministério das Obras Públicas e dar-se-lhe a pasta da agricultura, em ditadura. Ora isso não leve V. a mal que lho diga, é no meu modo de ver absolutamente irrealisável. Teria vários inconvenientes de natureza talvez invencível, seria a oposição do rei, que deseja a ditadura o mais limitada possível... e esse é o ponto desagradável para V. É que a ditadura ficaria nessa parte com o carácter de uma imposição pessoal de um simples arranjo de *côterie* »

Vem depois o ferro candente a ferir ainda mais o seu correligionário, já bem amachucado com o que escrevera antes

«V. havia de pagar caro a impaciência, que chega a ser incompreensível em homens do seu merecimento, de querer antecipar por alguns meses a sua ascensão a ministro.

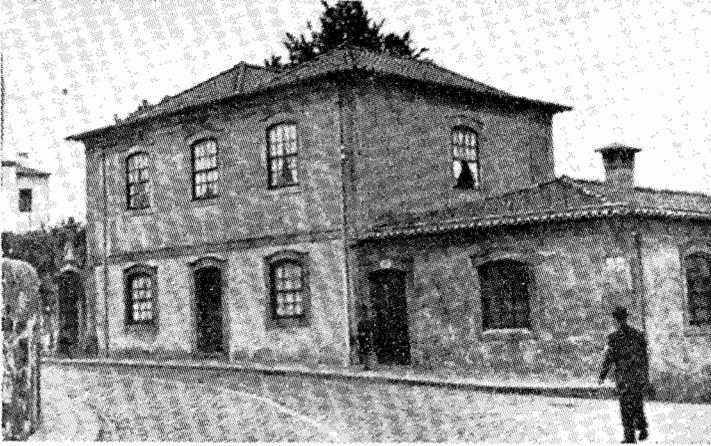
«Em tal caso a nota oposicionista está achada. Não se fez ditadura para promulgar qualquer providência de interesse público e urgente; fez-se para servir de acompanhamento e pretexto à exigência de um correligionário insofrido e mal humorado, que não quis mesmo esperar alguns meses para ter também uma dessas fardas bordadas, de que faz troça... nos seus futuros colegas» (103).

Este final correspondia a uma admoestação de professor bonacheirão a um aluno «desinquieto» que se tivesse permitido caricaturar o mestre...

Navarro não dissera a verdade ao escrever que o seu correspondente se recusara a fazer o inquérito por desejar fazê-lo como Ministro da Agricultura, cargo, como dissemos, ele se recusara a aceitar. Navarro não devia ignorá-lo, pelo que as suas palavras constituíam um «bote» ao escritor, a agravar as palavras seguintes.

Pessoalmente, pendemos a crer que a recusa em aceitar o inquérito se teria devido a Oliveira Martins estar já então a colher os elementos necessários para sobre eles redigir o depois célebre Projecto de Lei de Fomento Rural, cuja longa introdução, notável, constituiu a história da agricultura em Portugal até ao tempo do autor. Talvez aceitando o inquérito isso pudesse dar-lhe elementos para o seu Projecto de Lei. Mas como este era absorvente, não lhe permitiria

(103) *Correspondência* cit., págs. 106-109, nota 1.



A casa da Rua das Águas Férreas onde viveu Oliveira Martins



Os jardins da casa

dispor de lazeres bastantes de modo a estar concluído antes da abertura das Câmaras, onde ele desejava apresentá-lo.

Oliveira Martins leu a carta de Navarro e deve ter-se sentido humilhado com as insinuações e as acusações indirectas do Ministro. Com o seu temperamento e carácter, é natural conjecturar que teria respondido desabridamente. Se tal foi a primeira reacção, talvez reconsiderasse e pensasse que o rompimento com o Ministério e, possivelmente, com o partido, a tão pouco tempo da sua adesão, o colocaria em situação vexatória perante a opinião pública e a levaria a forçosamente acusá-lo de leviandade ou ligeireza de espírito ao ingressar num partido sem previamente se informar do temperamento e processos dos seus «marechais». E assim, depois de acabar de ler a carta, respondeu a Navarro cordialmente, embora, aqui e além, se salientem algumas expressões algo duras de cólera mal represada.

Começava por agradecer-lhe a franqueza com que lhe escrevera, não rude, mas deveria tê-la sempre usado para com ele. Se o tivesse feito antes, já não veria nele, Oliveira Martins, «essa reserva» que injustamente qualifica de desconfiança e menos benevolência». E continua:

«Talvez eu seja de natural reservado, mas entendo isso necessário e útil, sempre que, para connosco deixa de haver franqueza. Ora V. há-de concordar que tem deixado de a ter comigo: que quero que eu fizesse? As regras da boa educação obrigavam-no a essa atitude para comigo.»

A seguir a este «bote» forte que teria feito Navarro dar um salto na cadeira ou um murro em cima da secretária, prossegue:

«Duas vezes lhe perguntei aqui *intencionalmente* se tínhamos alguma coisa sobre que conversar; duas vezes V. me respondeu que nada. Ora, francamente, cada qual tem o seu orgulho e eu, saiba-o V. bem, nesse ponto não cedo a ninguém. Quando íamos para a estação no domingo, o Correia de Barros falou-me de modo que eu percebi ou julguei perceber que V. falara com ele em vez de falar comigo. De resto, para o caso em si, isso é absolutamente a mesma coisa».

Entrando no ponto melindroso do assunto em debate, escreve:

«Agradeço-lhe os intuitos com que imaginou o inquérito agrícola; mas não lhe agradeço igualmente que mos não tivesse dito, porque tendo-o feito, teria evitado a *minha* recusa de agora que o magôa. Em primeiro lugar porque eu pensava (e no decurso dos trabalhos do programa tive ocasião de concordar com essa ideia) que a urgência é a criação de repartições especiais e não a de um inquérito. Em segundo lugar porque ao tal orgulho repugnaria, na minha idade e com os precedentes que julgo ter, ir fazer exame de habilitação para ministro.»

Queixava-se de Navarro não ter para com ele essa atenção e «secamente» lhe dissesse «que ia nomear a comissão» Hesitou entre aceitar ou não tal encargo, ocultando-o para que Navarro não visse na sua «recusa despeito ou má vontade que não existiam».

«Aceitei — continua — e desempenhei-me do trabalho com os cuidados que emprego quando me ocupo das coisas. Diz V. que aceite a *Comissão do Inquérito*. Nunca, meu amigo, e agora mais do que nunca a aceitaria pela razão de não querer ir fazer um exame que custará ao país uma dezena de contos e a mim uma humilhação. Faça-o quem quizer, é-me completamente indiferente.»

Havia, porém, ainda outras razões:

«Se eu fosse ministro sem o Inquérito estar começado, não seria eu a começá-lo. Se, como é provável, o tal ministério ficar na massa dos impossíveis, eu não tenho dinheiro para estar meses ou anos em Lisboa e não quero recebê-lo do Tesouro. Eis aí tem a verdade toda; e veja lá como V. se enganou supondo que cavilosamente declinava a comissão agora, para fazer o inquérito já no ministério».

Agradecia a «franqueza rude» de Navarro e aceitaria se as causas da sua atitude, dele Oliveira Martins, fossem as que o seu correspondente supunha e o historiador estivesse impaciente por chegar a Ministro. E prosseguia:

«Engana-se, amigo, e por isso creia que me não ofendeu, embora me aflija a ideia de que V. não tem a meu respeito uma opinião extremamente lisonjeira para mim.»

Navarro fora informado de Oliveira Martins ter feito diligências junto de José Luciano, o que provoca ao escritor um acesso de mau humor, algo escarninho:

«Como V. está bem informado, que até sabe o que eu próprio ignorava! Deixe-se disso, homem. Tanto se me dá que o ministério se faça, como que se não faça: estou prevenido para tudo. Permita-me dizer-lhe que no interesse do partido e do País, estimava mais que se fizesse, no meu próprio estimava mais o contrário. Se V. não acredita ou não concebe isto, então é tempo perdido o destas cartas.

«Os trabalhos que tenho preparados propô-los-ei, ou como ministro, ou como deputado: para salvaguarda do meu nome basta isto».

À insinuação de Navarro de ele querer ser Ministro à viva força, responde:

«Se ardesse no desejo de ser ministro, tinha aceitado a pasta que o presidente do Conselho me ofereceu por ocasião de se formar o gabinete. Não o fiz, e a ideia do ministério novo nem partiu de mim, nem eu sequer me comprometi, como quer V. que me considere ligado ao presidente do Conselho? V. sonha quando me imagina capaz de os levar a uma crise, embora me assegure que não triunfarei? E quem lhe disse que eu queria triunfar? Creia que a sua imaginação sanguínea arrebatava-o e leva-o a ver actos e conluios que nem são dignos de Barros (Gomes nem deste seu criado.»

Passa logo depois a defender calorosamente Barros Gomes, que Navarro cria ser o agente de Oliveira Martins dentro do Gabinete e com o qual jamais, afirma, trocara qualquer palavra alusiva ao futuro Ministério da Agricultura. Não lhe aceitaria os conselhos porque Navarro partia duma falsa hipótese, acrescentando: «O fazer-se ou não se fazer o ministério é com o gabinete, não é comigo.»

«Resolva-se isso — prosseguia — como se julgar melhor, mas não se diga que eu exerci pressões sobre quem quer que fosse, porque desse modo, meu amigo, ofende-me a mim, o que vale pouco, e ofende alguém ou alguns dos seus colegas, o que é mais grave.»

E a terminar:

«Nomeie quem quiser para o Inquérito e creia que com isso me não incomoda. E oxalá, que inspirado por esse bom pensamento, V. me escreva sempre, cartas como a de hoje, para eu lhe poder responder também neste tom franco e amigo» (104)

Estas duas cartas, de que transcrevemos os passos mais expressivos, são o retrato exacto de dois homens e duas mentalidades perfeitamente antagónicas.

Na carta de Oliveira Martins há nobreza, embora nela se sinta fremir sob as palavras uma indignação prestes a explodir. O escritor estava ansioso por pôr em prática a série de reformas que concebera no campo da economia do país, certo de, não as fazendo como Ministro, elas cairiam no Parlamento diante da incompreensão ou da indiferença dos «pais» da Pátria.

Não contava ele, porém, com a organização do «sistema», que não permitia «sentar-se praça no posto de general»... Teria, forçosamente, de passar pelas forcas caudinas da Câmara dos Deputados para demonstrar o seu valor, para o que a inércia e a maledicência nacionais não achavam bastassem *A circulação fiduciária*, o *Regime das riquezas* e a *Política e Economia Nacional*, nem os numerosos artigos publicados n'«A Província». Os seus adversários — e muitos eram, por inconcebível que isto hoje se nos afigure — não criam nas suas boas intenções vendo-o filiar-se num partido monárquico, já desacreditado, acharam tal acto manifestação do desejo insofrido de subir ao Poder para «arranjar-se», segundo a gíria do meio.

Mas a atitude de Navarro ia ter repercussões mais vastas e dentro do próprio partido.

No dia 7 de Julho, a «Revolução de Setembro» transcrevia do «Correio da Manhã» um artigo, subordinado ao título *A Crise*, a seguir transcrito:

(104) *Ob. cit.*, págs. 106-112.

«Não costumamos forjar boatos de crise, mas a história que vamos narrar é perfeitamente autêntica, dela têm muitas pessoas perfeito conhecimento, e esta narrativa curiosa que vamos fazer tem tão poucos intentos políticos que nos apressamos a declarar que é a história de uma crise que findou e está resolvida.

«Como todos facilmente imaginam, a entrada do sr. Oliveira Martins no ministério não podia deixar de ser altamente desagradável ao sr. Mariano, e ao sr. Navarro também, mas principalmente ao primeiro. Acontece porém que o sr. Mariano está convencido de que no Porto quem vale alguma coisa politicamente é o sr. Correia de Barros, e que, desde o momento que conseguissem separá-lo do sr. Oliveira Martins, poderiam descartar-se sem perigo do *ministério da agricultura*.

«Quando o sr. Navarro foi ao Porto, levou instruções do sr. Mariano para conseguir a desejada separação. Não o tratou porém tão habilmente, que o sr. Oliveira Martins não soubesse do caso, e não lhe desse a entender bem claramente que o sabia.

«Chegando a Lisboa, o sr. Navarro, que é o homem dos expedientes precipitados e audaciosos, entendeu que o melhor era pôr as cartas na mesa, e escreveu ao sr. Oliveira Martins *dizendo-lhe que lhe ia falar com toda a franquicza, que o achava ainda muito verde para ministro, que não fizera as suas provas parlamentares, que era no parlamento que os postos se conquistavam, e que além disso em certas regiões, que não podiam deixar de ser consultadas para a entrada do sr. Oliveira Martins no ministério, se encontrava uma grande reluctância*.

«Recebendo esta carta, o sr. Oliveira Martins respondeu logo, e mandou ao mesmo tempo a carta do sr. Navarro e a cópia da sua resposta ao Sr. Barros Gomes.

«Acrescentemos porém que na carta do sr. Navarro, o illustre ministro indicava, como termo de conciliação, a entrada do sr. Oliveira Martins para uma direcção-geral da agricultura, em que poderia fazer o seu tirocínio ministerial. Essa proposta transpirou e o *Diário de Notícias* noticiou-a, como os leitores se hão-de lembrar, o que prova que o nosso colega está excelentemente informado.

«O sr. Barros Gomes mostrou a carta aos seus colegas, que pasmaram da inconveniência do sr. Navarro, principalmente na parte da carta que se referia a uma tal ou qual relutância, que,

no entender dele, se encontrava em certas regiões, para a entrada do sr. Oliveira Martins.

«Entenderam eles que era indispensável dar o golpe decisivo, e a todo o custo chamar o sr. Oliveira Martins ao ministério. Daí se originou a notícia dada pelo *Correio de Portugal*, desmentida com azedume pelo sr. Colen, que jogou a propósito disso, várias *biscas* ao sr. Melício.

«A crise estava plenamente pronunciada, e tão pronunciada que houve ministros que deixaram de ir a conselho. Mas, apesar de tudo, a maioria resolveu passar por cima do sr. Navarro, e chamar o sr. Oliveira Martins.

A notícia pois da entrada do sr. Oliveira Martins no ministério circulou em Lisboa, como certíssima, noticiada pelos progressistas.

«Efectivamente o sr. José Luciano procurou o sr. Oliveira Martins, que veio a Lisboa, e convidou-o a entrar no gabinete. O sr. Oliveira Martins pediu para pensar, e no dia seguinte escreveu ao sr. José Luciano uma longa carta em que regeitava o convite, e em que expunha ao mesmo tempo o seu programa governativo. Esta carta é possível que seja publicada⁽¹⁰⁵⁾.

«Foi assim que se resolveu a crise, e que essa resolução foi comunicada a el-rei na festa do Coração de Jesus.

«Devemos dizê-lo: a vitória do sr. Oliveira Martins foi completa e mais completa ainda pelo facto dele ter obrigado o ministério a convidá-lo e de ter regeitado o convite, pondo assim termo generosamente a uma crise provocada pelas inconveniências do sr. Navarro, e com que o nobre ministro das obras públicas não teve, devemos confessá-lo, o papel mais brilhante.

«E demais a mais nem soube ao menos fazer da necessidade virtude, a encobrir o despeito que sentia. Efectivamente, ao passo que o *Correio da Noite* de sábado dava conta da solução da crise, noticiando a rejeição da pasta da agricultura pelo sr. Oliveira Martins, só no domingo é que as *Novidades* davam a mesma notícia, de má vontade efectivamente.

«Confessemos-lo porém: era um pouquinho extravagante a ideia do sr. Navarro de fazer tirocinar numa direcção geral o sr. Oliveira Martins. Este porém deu-lhe uma boa lição, mos-

(105) Como se verá adiante, publicou-se pelo menos no «Diário de Notícias» de 8 de Julho de 1886.

trou-lhe que não precisava da sua boa vontade, e depois atirou-lhe com a pasta.»⁽¹⁰⁶⁾.

Como se verifica do artigo transcrito, com o qual o articulista pretendeu, acima de tudo, atingir Navarro, conheciam-se em Lisboa os meandros de toda a questão, incluindo o texto das cartas de Navarro e de Oliveira Martins, o que deve ter sido devido a inconfidência de Barros Gomes, se de facto o escritor lhe mandou as respectivas cópias, nos dizeres do articulista.

Na verdade, José Luciano, desnorteado com o caminho que as coisas estavam a seguir, não querendo, talvez por rebate de consciência, abandonar de vez Oliveira Martins, certo como devia estar de este deixar o partido, se isto se verificasse, mais do que para o próprio escritor redundaria em desprestígio para o partido e o seu chefe, e certo de que toda aquela aguerrida plêiade de jovens e outros com ela advindos com o criador da *Vida Nova*, acompanhariam Oliveira Martins na sua saída, José Luciano convidou este a ir a Lisboa. Na entrevista a seguir realizada, declarou-lhe estar tudo preparado para ele entrar no Ministério através da pasta da Agricultura, a ser imediatamente criada.

Oliveira Martins ouviu, mas não se pronunciou, avistando-se a seguir com Barros Gomes e com Navarro, cada um dos quais confirmou os dizeres de José Luciano, tendo Navarro declarado que dentro em breve lhe entregaria também a pasta das Obras Públicas, não o fazendo imediatamente por querer, antes de sair, liquidar algumas responsabilidades da sua gerência anterior.

«Objectou-lhe Oliveira Martins que o caso então mudava de figura, e que, visto a sua entrada para o ministério acarretar de futuro uma crise com que o presidente do conselho e os seus outros colegas não contavam, ele precisava de lhes declarar isto mesmo, porque desde esse momento não podia lealmente manter a sua aceitação com estas reservas. Respondeu-lhe Navarro que o autorizava a ele a fazer essas declarações, se quisesse, ao presidente do conselho, porque a sua resolução era inabalável.»

⁽¹⁰⁶⁾ A transição é feita de um recorte do «Correio da Noite», que Luís de Magalhães colocou no seu *Diário* cit., Fols. 54-55.

Voltou Oliveira Martins a encontrar-se com José Luciano, e este ficou espantado com a atitude inesperada de Navarro, por isso convocando logo uma reunião do Gabinete. Exposto o que se passava e Navarro confirmou, Barros Gomes ouvindo tal relato, «protestou contra a deslealdade, apresentando a sua demissão e saindo do conselho», sendo apoiado por Veiga Beirão, Visconde de São Januário, e Henrique de Macedo, Ministros da Justiça, dos Estrangeiros e da Marinha e Ultramar.

Navarro, ao ver o cariz que a crise estava a revestir, retirou o pedido de demissão, resolvendo-se depois a entrada de Oliveira Martins, «que foi logo procurado pelo J. Luciano, a quem respondeu que as coisas depois deste incidente haviam tomado um carácter diverso do que tinham tido até então e que precisava portanto de pensar no caso, prometendo dar uma resposta no dia imediato».

Calou, porém, José Luciano haver recebido, ao entrar para a reunião do Conselho, um ofício assinado por três destacados membros do partido — Pereira de Miranda, António Enes (que, sabem-no os leitores, fora companheiro de Oliveira Martins na mocidade) e António Cândido, o «São Paulo da *Vida Nova*») a requererem ao chefe do partido, e também Presidente do Centro Progressista de Lisboa, «que, dado o caso de se decidir em conselho a criação do ministério da Agricultura, convocasse imediatamente o mesmo centro porque os signatários queriam declarar perante ele que deixavam de apoiar o governo!»

A resposta ao Chefe do Governo deu-a Oliveira Martins por carta de 2 de Julho:

«Ex.^{mo} Sr. Conselheiro José Luciano de Castro,
D.^{mo} Presidente do Conselho de Ministros.

«Respondo, por este modo ao convite que V. Ex.^a me fez ontem, em nome do governo, ratificando a carta que provocou a minha vinda a Lisboa.

«Convidou-me V. Ex.^a a aceitar a gerência do novo ministério da Agricultura, Comércio e Indústria, que o Gabinete pensa criar oportunamente, e como resolvi declinar a honra desse cargo, não posso deixar de fundamentar esta decisão com algumas reflexões que exigem a muita estima e consideração que V. Ex.^a me merece.

«Quando em Fevereiro transacto, eu tive a honra de ser convidado por V. Ex.^a para a pasta das Obras Públicas, por

ocasião de se organizar o actual Gabinete, expus-lhe os motivos que fundamentaram a minha recusa.

«Foi então que, a instâncias suas e de particulares amigos meus dentro e fora do Ministério nesse momento constituído, eu anui não sem reluctância, ao plano de vir eventualmente a ocupar um lugar nos Conselhos da Coroa, quando a oportunidade aconselhasse a criação do novo Ministério inspirado em uma parte importante do seu programa de governo.

«Aceitei os encargos desta posição até certo ponto equivocada e sofri-lhe as consequências, por atenção aos interesses partidários. É por eles também que hoje recuso o convite que felizmente vem pôr um termo à situação criada para mim em Fevereiro.

«Exposta a razão da minha recusa, consinta V. Ex.^a que mais uma vez acentue os motivos que me levaram a sentar praça no Partido Progressista.

«Pensava que a esse partido, glorioso herdeiro das tradições honradas e generosas da democracia portuguesa, competia neste momento o papel de continuador da obra de Mousinho da Silveira e de Passos Manuel, defendendo os interesses dos pobres e dos pequenos contra a oligarquia dos poderosos. Pensava que era chegado o momento de olharmos para a economia defecada do país, lembrando-nos dos problemas vitais da nossa emigração, da colonização dos terrenos incultos, da crise dos nossos lavradores, grandes e pequenos vinhateiros do Norte, seareiros do Centro e do Sul, da penúria da nossa indústria, do desbarato das águas dos nossos rios, da ruína absoluta da nossa Marinha mercante, do régimen anárquico da nossa circulação monetária, da carência total de instituições de crédito agrícola e industrial, da insuficiência provada da nossa legislação rural e comercial. Pensava que já era tempo de substituir a política rotineira que consiste em fazer, desmanchar e refazer, a organização das secretarias e outros serviços públicos, uma política verdadeiramente restauradora das forças económicas da Nação.

«Pensava, e penso ainda, nem vejo motivos para supor que as declarações terminantes de V. Ex.^a ao formular o programa do Governo, deixem de ser cumpridas. Às vezes, porém, os partidos e as nações carecem de atravessar crises agudas, para se convencerem completamente de ideias que todavia eram de há

muito indiscutíveis para todos os homens habituados a observar e meditar.

«Em tudo isto que deixei escrito está implícito o pensamento de que esta carta não significa outra coisa mais do que o vivo desejo de que o Gabinete se desempenhe cabalmente dos compromissos contraídos para com a Nação em virtude do seu programa.

«Faça-o, e terá em mim o soldado mais fraco sim, mas também o mais desinteressado. Creio ter dado abundantes provas disto a V. Ex.^a de quem sou muito amigo e obrigado» (107).

No mesmo dia, respondeu-lhe José Luciano nos seguintes termos lacónicos:

«... amigo.

«Recebi a carta de V. com data de hoje e, confirmando a verdade dos factos ali referidos, limito-me a sentir que a sua resolução e os motivos que a determinaram me privem de ter por companhia nos trabalhos do Governo tão distinto colaborador como sem dúvida seria V.» (108).

Antes de receber a carta de Oliveira Martins, o Chefe do Governo procurou D. Luís para lhe contar o ocorrido, e que esperava resposta ao convite, respondendo-lhe o Rei: «Pois a resposta posso já eu dizer-lhe qual ela é: o Oliveira Martins não aceita. Senão verá».

E no dia seguinte, encontrando-se o monarca na festa do Coração de Jesus, José Luciano deu-lhe conhecimento da carta recebida. «O rei atalhou logo: — Não lhe disse eu. O Oliveira Martins não é homem para aceitar uma pasta em semelhantes condições», palavras que José Luciano depois transmitiu ao escritor (109).

Antes de regressar ao Porto, foi Oliveira Martins visitar o Rei para o felicitar pelo casamento do príncipe D. Carlos, realizado pouco antes, e aproveitou a oportunidade para

(107) *Correspondência* cit., págs. 97-99. Fizeram-se algumas rectificações ao texto incluso no volume pelo cotejo com as transcrições desta carta publicadas no «Diário de Notícias», «Comércio de Portugal» e «A Província».

(108) «Comércio de Portugal», de 8 de Julho de 1886.

(109) MS cit., Fols. 59-60.

«agradecer-lhe certas referências amáveis que soubera lhe haviam sido feitas por S. M. O rei disse-lhe: — Não tem nada que me agradecer. Não lhe fiz senão justiça. Eu disse sempre que o Oliveira Martins não era homem que aceitasse uma pasta em semelhantes condições. E ainda que sempre esperei isso de si, permita-me que lhe dê os parabéns pela sua recusa, tão excepcional e raro é hoje um acto desses. V. tem de subir decerto ao Poder. Os seus planos representam necessidades positivas da nossa vida social. Mas há-de vir aqui livre, independente e com todas as condições de levar a cabo todas as reformas que projecta.»⁽¹¹⁰⁾.

Estas palavras devem ter sido ditas pelo próprio Oliveira Martins ao diarista da *Vida Nova*, que, jubiloso, as reproduziu no seu *Diário*, acrescentando, à guisa de comentário, que «o rei via bem a diferença que ia das sabujices e baixezas de Mariano ao procedimento cavalheiresco e altivo de O. M.».

D. Luís não era pessoa com doblez de carácter, embora algumas vezes não deixasse de servir-se de uma pequena intriga para fazer afastar-se um Ministro ou mesmo um Gabinete que se lhe afigurasse antipático. Se as suas relações com o escritor parece não terem passado do tom cerimonioso, sentia por ele simpatia, e, a aceitarmos as palavras transcritas por Luís de Magalhães — e não vemos qualquer razão para se pôrem em dúvida — admirava-o mesmo.

Como, pois, conciliar esta atitude com o depoimento tardio de Guerra Junqueiro, ao afirmar, sem qualquer prova convincente: «Quem obstou à entrada de Oliveira Martins no governo foi o rei. Odiava-o. Nunca lhe perdoou o que escrevera dos Braganças na «História de Portugal»⁽¹¹¹⁾.

Certo de a intriga continuar a correr e, deixando-a correr, chegaria ao momento de ser conspurcado, Oliveira Martins «exigiu de

⁽¹¹⁰⁾ Fol. 68.

⁽¹¹¹⁾ «A Execução de uma quadrilha». In-*Horas de Luta* cit., pág. 138. Guerra Junqueiro nem sempre ajuizava dos homens com objectividade, e, quando a paixão política o incitava, sentia-se incapaz de travar a língua ou a pena. Aí estão os seus primeiros livros para demonstrarem o acerto, muito particularmente a *Pátria*, onde D. Carlos e muitos palacianos são vergastados ferozmente. Até que ponto, atendendo à sua impulsividade congénita, podemos crer no arrependimento revelado anos mais tarde (rebate de consciência? influência da decrepitude?) perto da morte, daquilo que escrevera na *Velhice* e no poema dramático tristemente célebre?

J. Luciano a publicação das cartas que tanta bulha fizeram nessa ocasião», tendo a «Revolução de Setembro» feito preceder as duas cartas de um largo comentário que merece ser transcrito para se fazer ideia precisa do ambiente que estava a envolver o Ministério e, muito especialmente, Mariano e Navarro:

«Demos já aos nossos leitores uma parte da tristíssima história do prometido Ministério da Agricultura, que foi por muito tempo um mito e é agora uma página humilhadora dos fastos progressistas⁽¹¹²⁾.

(112) O jornal publicara no dia anterior, 8 de Julho, um longo artigo acerca do incidente e do qual transcrevemos a passagem mais explosiva: «Ao Sr. Oliveira Martins foi oferecida a pasta do Ministério da Agricultura, que ele altivamente desdenhou. Os Ministros, que o não queriam para seu colega, tiveram pois de se humilhar, de lhe ir oferecer a pasta, que ele rejeitou, não se prestando, a seu turno, a ser colega deles.

«Não foram pois as *dificuldades de diversas ordens*, não foi a *falta de preparação e outras disposições adequadas*, ainda menos foi o *desejo de se evidenciar perante o Parlamento e a opinião pública, a necessidade* da criação desse novo Ministério, o que obstou a que o Sr. Oliveira Martins entrasse para os Conselhos da Coroa, ministro de uma pasta, que, se S. Ex.^a a não recusasse, não teria dificuldades da gerência, nem falta de preparação e doutrinas disposições adequadas.

«A carta do Sr. Oliveira Martins, que em outro lugar publicamos, confirmada em todas as suas partes pela autoridade do ilustre Presidente do Conselho, dá o mais solene e formal desmentido directo à notícia dos jornais governamentais sobre o adiamento da entrada daquele cavalheiro no Gabinete.

«S. Ex.^a, de *motu proprio*, fez mais do que reconhecer os inconvenientes daquela entrada; recusou a oferta e o convite.

«Diz-se que entre uma intriga, muito cómica e muito para servir de entrecho aos velhos entremezes, se invocasse, como razão de se não realizar imediatamente a promessa da formação de novo Ministério, a grande relutância que o Sr. Oliveira Martins encontrava em *certas regiões*, que não podiam deixar de ser consultadas.

«Isto é gravíssimo, e sobre isto não pode a Imprensa governamental guardar o silêncio a que se tem obrigado na maior parte das acusações feitas ao Governo.

«Por quê? o sr. Presidente do Conselho ofereceu uma pasta a um cavalheiro, cuja entrada no Ministério encontra relutâncias grandes em *certas regiões*, que não podem deixar de ser consultadas? Pois o sr. Presidente do Conselho, que confessa amplamente este oferecimento, atraiçoa assim a confiança da Coroa, calca assim aos pés a Carta Constitucional, que dá ao rei o direito de nomear livremente os seus Ministros?

«Completamos pacientemente a deplorável história dessa trapaça, em que a cisão ministerial explodiu brutalmente e em que a filaucia burlista dos Ministros da fazenda e das Obras Públicas ficou justa e cruelmente amachucada.

«A autoridade do Sr. Presidente do Conselho, essa ficou ainda mais insignificante, mais deprimida, mais ridícula do que era.

«Afinal foi o Sr. Oliveira Martins quem venceu, quem de um lance apagou altivamente a lenda picaresca que em volta do seu nome se formara, quem ficou sobranceiro e vingado entre os títeres que, ou o lisonjeavam de joelhos, ou o hostilizavam na sombra.

«Esmagadora *vendetta* a sua! Esperou que os seus rancorosos inimigos, vendo os próprios tramas aniquilados, capitulassem de bruços, para que o poder lhes não fugisse das mãos enclavinadas; esperou que o próprio Presidente do Conselho lhe pusesse aos pés a pasta, que ardentemente sonhara, e quando se viu mais levantado e mais digno, entre os que se dobravam para não caírem e os que se punham de rastos para o não irem, aprumou-se radiante e com o bico da bota, num ímpeto desdenhoso, repeliu tão alto a pasta, que a fez bater como um projectil vibrante sobre as faces rubras dos seus adversários.

«Foi uma *revanche* colossal. A bota que repulsou a pasta foi mais cruel ainda contra o Ministro, do que o fora contra o panfleatório e contra o ditador de Santa Apolónia a pena do redactor da *Província*, incandescida pela indignação.

«Depois de ter visto em volta de si, como satélites, os velhos

«Pois o nome de El-Rei, encoberto detrás da frase *certas regiões*, é acaso joguete para brinqueado de enredadores? Pois levanta-se esta acusação a um Ministro da coroa, que inspira directamente um jornal, e esse jornal guarda silêncio, como se se tratasse apenas de um escândalo, como o de um Ministro abandonar o seu cargo para ir a Espanha?

«Pois o sr. Presidente do Conselho está em xeque de ter faltado à verdade na sua declaração apensa à carta do Sr. Oliveira Martins, ou em evidência de deslealdade, se o oferecimento da pasta fez a desfeita das relutâncias encontradas em *certas regiões*, e não se levanta nem uma voz para o defender?

«Se o Ministério mantivesse entre si a solidariedade, bastaria que um dos seus membros falasse por todos, mas neste antagonismo de opiniões em que a cada passo são apanhados, ou o Ministro que invocou o nome de El-Rei ou o Presidente do Conselho que indirectamente nos dá a entender que essa invocação é falsa, precisam falar! Um condena o outro, mas o silêncio não absolve nenhum!»

estadistas do Partido Progressista, depois de os ter compelido a confessarem que o partido era uma caravana desfalecida, e errante, depois de ter imposto as suas aspirações ao Ministério, de as estampar solenemente no programa do Governo, depois de ter rendidas em volta de si as mais poderosas agressões dos seus correligionários hostis e aos pés a pasta que repele, o Sr. Oliveira Martins acaba de escrever a página mais ruidosa da sua vida política.

«A sua retirada vale uma deslumbradora vitória pessoal. À redacção do seu jornal, como ao recinto de um baluarte potente, hão-de ir agora requestá-lo, esmolar-lhe benevolências, solicitar-lhe alianças as facções mais altivas, em que a agremiação da Granja se disparte.

«A sua individualidade política alteia-se por cima das maiores influências do partido.

«Nem talvez ele próprio sonhasse nunca tamanho triunfo.

«Hão-de temê-lo os seus; hão-de requestá-lo, embora o odeiem.

«O verdadeiro ditador do partido progressista será ele, se aos impulsos da sua vontade quiser dobrar os objectivos divergentes do Ministério.» (113).

A ocasião era excelentemente propícia para a imprensa da oposição vexar José Luciano, cuja atitude desolara a parte sã do Progressismo, enquanto enchera de júbilo todos os Regeneradores, e assim, depois de ter publicado as célebres cartas, a «Revolução de Setembro», após comentar a atitude de Oliveira Martins, atira uma dura frechada ao Chefe do Governo, escrevendo:

«Na carta do Sr. Presidente do Conselho, confirmação solene dos factos revelados pelo redactor da *Província*, há uma frase que é preciso acentuar:

«O Sr. José Luciano *sente*, não só a resolução do Sr. Oliveira Martins, mas *os motivos* que a determinaram.

«Sente-o e ficou ao lado dos Srs. Mariano de Carvalho e Navarro, vergando ao jugo da solidariedade ministerial!

«O dilema é implacável. Ou os motivos que moveram o ânimo do Sr. Oliveira Martins a repulsar a pasta oferecida não são justos e dignos e o Sr. José Luciano, por lealdade a dois dos

(113) MS rit., Fols. 63-64.

seus colegas, e pela própria hombridade devia verberá-los desasombradamente; ou esses motivos são justos e dignos, — e então o Sr. José Luciano não podia nem devia ficar ombro a ombro, numa camaradagem inglória, com os Ministros de quem o Sr. Oliveira Martins não quer ser colega.

«Sentir as razões que ofenderam as susceptibilidades do Sr. Oliveira Martins e ir depois esfregar as mãos entre os Ministros da Fazenda e das Obras Públicas, com a alegria infantil de quem escapa de uma dificuldade, pode ser cómodo, mas não é correcto.

«Decididamente o papel digno e altivo coube desta vez ao redactor da *Província*».

Encastelavam-se as núvens precursoras de grossa borrasca no horizonte de José Luciano no início da sua longa carreira de Chefe do Partido Progressista.

Oliveira Martins, no meio de toda esta bulha, criticado por um lado pela imprensa regeneradora, que o chasqueava, e abandonado pela progressista, que ou calava ou se referia frouxamente ao caso já famoso, mantinha-se silencioso, por certo magoado intimamente com a ingratidão e deslealdade daqueles a quem sacrificara uma reputação até então inatacável, apenas para tentar dar alento a um partido desacreditado, e possivelmente lhe ocorreriam à lembrança as palavras por ele escritas no *Portugal contemporâneo*:

«Um dos fenómenos curiosos em Portugal é o devorar dos homens pelo governo. Hoje sobem, amanhã somem-se, corridos, desprezados. Porquê? porque a árvore, seca, apenas tem vida para reconhecer o seu definhar, para desprezar os que o seu pedantismo ingénuo, mais ainda do que na sua corrupção, sucessivamente se lhe seguraram aos ramos.»⁽¹¹⁴⁾.

Um momento houve em que se decidiu a varrer a sua testada, não porque o antagonista lhe merecesse consideração, mas para esclarecer alguns espíritos sérios, possivelmente mal informados pela imprensa política desnorteadora das opiniões. Como o «Diário Ilustrado» tivesse querido fazer espírito acerca dos planos de governo de Oliveira Martins se este tivesse chegado a Ministro, o escritor respondeu-lhe com seriedade e dignidade, mas com mal oculta ironia,

⁽¹¹⁴⁾ Tom. II, Ed. cit., pág. 408.

não obstante por debaixo das suas palavras se sinta o coração amargurado a latejar:

«Descanse o nosso insigne adversário; tome fôlego, e reserve para ocasião oportuna a sua crítica picaresca. Esses trabalhos, a que julga poder referir-se desde já humoristicamente, e que desconhece em absoluto, não se guardarão na gaveta, nem tão-pouco serão depositados nos cofres do Banco de Inglaterra como as receitas secretas dos elixires maravilhosos que curam o incurável; hão-de aparecer no lugar próprio, sem aparatos teatrais e sem reservas misteriosas. O autor delas não se quer rodear de nimbo com que se tem aureolado muito crâneo vazio; há-de manter os seus hábitos e seguir a sua tradição de rude franqueza dizendo o que sabe e o que pensa.

«Não promete descobrir a pedra filosofal, nem há-de requerer privilégio de invenção para as suas descobertas. Muito naturalmente, como um simples mortal, mostrará apenas que trabalha e estuda.»⁽¹¹⁵⁾.

O ironista do «Diário Ilustrado» veria, no ano imediato, concretizar-se no já citado Projecto de Lei de Fomento Rural a palavra de Oliveira Martins.

Regressou o escritor ao Porto após esses dias agitados de Lisboa, desejoso, por certo, de no seu lar tomar um banho lustral para lavar-se de todas as imundícies que lhe haviam arremessado na Capital. Antes, porém, convém referir um episódio no qual tomaram parte alguns títeres, manobrauos por Mariano de Carvalho, cujos interesses quiseram servir apesar de conhecerem de sobejo a falta de escrúpulos do célebre político.

Recordemos que, quando entrava na sala do Conselho onde iria decorrer a agitada questão levantada pela carta de Navarro a Oliveira Martins, José Luciano recebera um officio assinado pelos três correligionários atrás nomeados, a exigir a convocação urgente do Centro progressista lisbonense para ali apresentarem a demissão como protesto contra a criação do Ministério da Agricultura, se o Gabinete resolvesse criá-lo. Resultava tal protesto de manobra de Mariano, que «armou duas intrigas a ver se por vias travessas conseguia o seu intento, «tendo incumbido Navarro da primeira, qual era de este

⁽¹¹⁵⁾ Este artigo não foi publicado no vol. V d'A *Província* onde devia figurar.

ameaçar «de promover uma crise por lhe fraccionarem o ministério de que o haviam incumbido», e, falhando esta, «o ofício de Pereira de Miranda, Enes e António Cândido, a ver se com ele intimidava J. Luciano voltando-o contra Oliveira Martins, esperando ainda obter com isto «desgastar Barros Gomes, que fora sempre no ministério o defensor do O. M.», na expectativa de Barros Gomes se demitir e com ele Veiga Beirão e o Visconde de São Januário, pelo que Mariano já sondava amigos seus fiéis para os substituir.

Todavia, contra o esperado do incorrigível Mariano e do seu truculento camarada Navarro, «J. Luciano teve nesta ocasião a hombridade suficiente para saltar por cima disto e esses três sujeitos ficaram numa ridícula posição. António Cândido nunca se explicou sobre a porca traição». Onde ia o tempo, aliás ainda próximo, em que nas cartas para Oliveira Martins o tratava de «meu querido amigo», se declarava «leal e afectuoso» e lhe chamava «homem de grande espírito» e também «homem de coração forte»...? ⁽¹¹⁶⁾.

Quando a inveja ou a rivalidade mesquinha faz descer a tais atitudes homens desta craveira intelectual, não pode causar espanto, nem mesmo simples admiração ver António Cândido baixar-se a subscrever o ofício enviado a José Luciano. O que admira e, mesmo, espanta é Oliveira Martins, tendo-o sabido da boca do próprio José Luciano, continuasse a manter relações amistosas até à sua morte, com o ex-«São Paulo da Vida Nova»!

Outro tanto ocorreu com António Enes, velho companheiro do escritor na tertúlia, espírito inconformista que chegaria, no final do século, a Comissário Régio em Moçambique. Arrependido já da sua atitude neste caso lamentável, «escreveu a Barros Gomes, dizendo-lhe que fizera aquilo por estar convencido de que o O. M. era um elemento de perturbação e de discórdia no partido, e que ele Barros Gomes o devia abandonar pois todos criticavam e estranhavam como ele se deixara governar por esse homem, etc., etc.». Este Enes era um amigo de tu do O. M. e mostrou-se sempre muito seu amigo!» ⁽¹¹⁷⁾.

Também com o discutido autor d'*Os Lazaristas* continuou Oliveira Martins a manter relações de amizade, persistindo os dois a tratarem-se de «tu»...

⁽¹¹⁶⁾ Ver as cartas de págs. 40 a 42. Não devemos deixar de referir que, poucos anos depois, Cândido viria a fazer parte do célebre grupo dos «Vencidos da Vida», do qual também fez parte Oliveira Martins, que deu o nome ao grupo.

⁽¹¹⁷⁾ MS cit., Fols. 60-62.

Após o regresso do escritor ao Porto, os seus amigos pessoais e políticos resolveram oferecer-lhe um banquete de homenagem para solenizarem a sua atitude durante toda a crise passada.

Realizado no antigo Palácio de Cristal a 29 de Julho, a ele «assistiu quase a escola médica em peso, alguns professores da Academia e Instituto, os *gros bonnets* do comércio», como escreveu Luís de Magalhães nele presente, tendo presidido Correia de Barros (!) ladeado pelo homenageado e pelo Dr. Oliveira Monteiro.

Na ocasião dos brindes, o Presidente da Câmara e do banquete fez o elogio de Oliveira Martins, a quem saudou como «um dos vultos mais simpáticos e respeitados do Partido Progressista», brinde que o homenageado agradeceu, recordando então a figura de Anselmo Braancamp e as palavras proferidas no ano anterior e naquele mesmo local, palavras de total apoio ao incipiente movimento da *Vida Nova*, recordando ainda, a propósito, o programa desse movimento que tanto entusiasmo levantara na cidade ao qual tinham dado o seu apoio tantos dos que se encontravam naquele momento sentados à volta da mesa. A concluir, brindou em especial ao Chefe do Partido e Presidente do Conselho, frizando fazê-lo na esperança de José Luciano vir a seguir os exemplos do Duque de Loulé e de A. Braancamp, os dois falecidos Chefes do Progressismo.

O mais significativo dos brindes pronunciou-o o Dr. Oliveira Monteiro, começando por dizer que aquela festa era «a apoteose, não de um homem, que por muito que valha é inferior à ideia, mas de sentimentos, de qualidades sempre apreciáveis, mormente na actualidade e em Portugal onde tanto rareiam.»

Após várias considerações relativas ao estado de abatimento do país e à descrença do povo quanto às possibilidades construtivas dos partidos, declarando responsáveis principalmente as «classes directivas», afirmou ser indispensável sair daquela situação, apontando Oliveira Martins como uma das pessoas que melhor podiam guiar os homens «nesse esforço redentor», concluindo:

«Probidade, trabalho, talento, esta única trindade que podemos chamar santa, possui ele incontestada e em grau subido: é ao trabalho, à probidade, ao talento que saudamos, e como genuína encarnação de tão brilhantes atributos, a Oliveira Martins.» ⁽¹¹⁸⁾.

⁽¹¹⁸⁾ *O Socialismo na Monarquia* cit., págs. 122-126.

O homenageado recebeu «verdadeiras ovações... e recebeu talvez já nesse dia os primeiros abraços de Judas, porque eu sei — escreveu Luís de Magalhães — que se tentou desmanchar a festa⁽¹¹⁹⁾.

É que, depois das cenas vergonhosas decorridas em Lisboa à volta da entrada de Oliveira Martins para o Ministério, no Porto, e como ricochete das intrigas de Mariano na Capital, iam passar-se novos «actos de comédia» como lhes chamou o diarista da *Vida Nova*.

Como oportunamente salientamos, Correia de Barros devera a Oliveira Martins a sua «entronização» no partido, este em risco de esfacelar-se, com grande gáudio dos Regeneradores, e espectaculares haviam sido as provas de gratidão prodigalizadas pelo Presidente da Câmara e do Centro Progressista ao criador da *Vida Nova*, certo como aquele estava de que, sem a acção do prestigioso escritor, o «homem da nódoa» jamais subiria ao galarim almejado, sabendo como sabia que numerosos progressistas do Porto, mesmo entre os partidários de Oliveira Martins, não viam com bons olhos Correia de Barros ocupar o lugar a que o haviam alçado.

Sabe-se ainda que este se tinha comprometido com Oliveira Martins a entregar-lhe a Presidência da Câmara se obtivesse o lugar de Director da Alfândega do Porto. Profundo conhecedor da psicologia dos homens do passado, dizemo-lo ainda uma vez, manifestava-se Oliveira Martins incapaz de conhecer os homens que o rodeavam e de lhes cortar as vazas quando o queriam prejudicar. A rectidão do seu carácter, já revelada na sua triste adolescência, não lhe consentia aceitar que outros em quem depositava confiança o pudessem atraiçoar. Assim foi com António Cândido, assim foi com António Enes, assim ia ser com Correia de Barros e também, a dois anos da sua morte, com Dias Ferreira, o causador da sua saída do Ministério da Fazenda.

Conta Luís de Magalhães que pelo Outono de 1886 notara, em breve encontro com Barros, certa mudança nas atitudes, até aí exuberantes. Realizar-se-iam as eleições municipais, o que o levou a perguntar-lhe «se havia receio da lista que os coligados apresentaram», respondendo o outro «um tanto friamente, modo que não lhe era nada habitual», nada suspeitando então, apesar da frieza notada,

«Dois dias depois tive eu na *Província* a chave do enigma.

Dizia-se à boca cheia no Porto que o Mariano se entendera com o Barros para que este não entregasse a câmara ao O. M.,

(119) MS cit.

prometendo-lhe em troca disto a direcção da Alfândega do Porto. O Mariano queria que o Tomás Lobo ^(1º) entrasse para a câmara, mas a isso se opôs o Barros que como terreno do conciliação ofereceu o José Frutuoso Aires de Gouveia ^(1ª) para futuro sucessor».

Mais adiante, continua:

«Nós, na *Província*, imaginávamos que isto não passava bem no fundo duma nova intriga. Que o Mariano tivera querido seduzir o Barros parecia-me crível, mas que este pudesse saltar por cima de O. M. afigurava-se-me inverosímil. Que motivos lhe daria ele para a sua exclusão da lista camarária? Atrever-se-ia a propor essa exclusão na comissão executiva do centro do Porto, de que o O. M. era presidente? Não sabia o Barros que o seu reconhecimento político, a sua *regeneração* perante o partido o devia exclusivamente à influência de O. M.? Além disso todo o seu passado desde a formação do grupo da *Vida Nova* tinha sido isenta da menor mácula de deslealdade e o O. M. tinha dele cartas de adesão e dedicação absolutas. Por outro lado ainda havia pouco que ele declarara na imprensa que por modo algum poderia aceitar a direcção da linha de Cáceres quando os jornais espalharam esse boato».

Luís de Magalhães notara o progressivo afastamento de Correia de Barros: já não aparecia na redacção do jornal, nem tão-pouco procurava avistar-se com Oliveira Martins.

Inquietos os amigos do mentor do já decaído movimento, espiavam o seu Presidente, vendo com apreensão a aproximação do dia da eleição municipal sem ele nada deixar transparecer acerca dos nomes constantes da lista. Em dado momento, soube-se que tinha partido para Lisboa, e Joaquim Gonçalves, a título de querer redigir a notícia para sair no jornal, lhe escreveu nesse sentido, respondendo Barros que, naquela ocasião, não ia, que iria lá breve, mas não convinha se soubesse, e não partiria sem falar com Oliveira Martins, o que, viu-se depois, era uma maneira de tranquilizar aqueles que ele suspeitava de estarem inquietos.

(1º) Recordemos que Tomás Lobo era o chefe da facção progressista que se opunha aos «barristas» antes da *Vida Nova*.

(1ª) Lente da Escola Médica e irmão do futuro Bispo de Betsaida e Arcebispo de Calcedónia, D. António Aires de Gouveia.

Mas a direcção da Alfândega era benesse aliciante demais, e aquele homem, com um ambiente deplorável criado no Porto pelas suas atitudes irregulares e até algumas delas condenáveis, esquecido de que Mariano lhe chamara, com todas as letras no seu jornal, «traidor, garoto, tambor-mor dos pequeninos» e lamentara que as pedras, com que a comissão ligada ao sindicato de Salamanca fora recebida, não fossem todas bater em cheio «no mais pequeno de corpo, mas maior em vileza», frases que nenhum homem de carácter jamais poderia ter esquecido, aquele homem assume outra atitude rastejante perante esse mesmo Mariano, alçado a Ministro da Fazenda, para obter o lugar cubicado, o que já era mau, mas desceu até atraçoar quem mais contribuira para o impor ao Chefe do partido, restituindo-lhe o prestígio, aparente embora, já perdido durante a pugna com os do Centro de Tomás Lobo, o que era muito pior.

Fugindo de encontrar-se com Oliveira Martins e com qualquer dos homens d'«A Província», Barros começou a preparar a traição ao escritor e à própria palavra dada, ocultando-se por detrás da Vereação, depois de lhe insinuar que fizesse fincapé na continuidade da Presidência encabeçada na sua pessoa, «porque não queria desfazer-se de todo da segura amarra da Câmara sem entrar a salvamento no porto da Alfândega».

Convocou os vereadores «e disse-lhes que antigos compromissos o prendiam a Oliveira Martins, que havia feito com ele a combinação de o incluir na lista da câmara, mas que em todo o caso ele não podia por si só decidir disto, por saber que a política que o O. M. tinha ultimamente feito havia acarretado sobre o partido progressista do Porto a má vontade d'alguns dos membros mais importantes do gabinete, etc., etc.». Acrescentou, manhoso, que pessoalmente «mantinha a sua palavra por lealdade, (!) mas escutaria o parecer dos seus amigos. Levantaram-se então uns figurões para protestar contra a inclusão do nome de O. M., e ainda que outros se pronunciarium a favor, foi decidido que se não devia incluir o seu nome na lista da câmara». Consumara-se a vilania, e Barros, aproveitando tal resolução, deixou que o odioso da atitude caísse sobre a Vereação!...

Oliveira Martins recebeu, porém, informação do ocorrido, resolvendo então tirar um desforço semelhante ao que, pouco tempo antes, tomara em Lisboa.

Como a Comissão Executiva do Centro Progressista do Porto, cujo Presidente era ele próprio, teria de reunir em breve por motivo da eleição municipal, Barros enviou-lhe recado para ir mais cedo, ao

que o escritor não deu a menor importância, comparecendo à hora em que tinha a certeza de se encontrarem todos os membros.

«Quando chegou estava-se discutindo a formação da lista. No seu nome nem se tocava. Depois que se concluiu esse trabalho o Barros começou com grandes circunlóquios a dizer que tinha de fazer ali umas declarações que se referiam a um membro presente... Mas o O. M. atalhou-o dizendo-lhe que naturalmente ele se queria referir à sua pessoa, mas que lhe tirava esse trabalho porque ele mesmo faria as suas declarações: que tinha vindo ali espontaneamente para apresentar a sua demissão da comissão executiva, por motivos puramente pessoais. O Costa e Almeida ainda quis pôr umas dúvidas, mas o O. M. confirmou a sua resolução.»

Luís de Magalhães, que classifica, e com justiça, a atitude de Barros de «porca intriga» e de «patifaria», confessa ter ao princípio suposto que este quisesse continuar na Presidência da Câmara até obter a direcção da Alfândega, ficando O. M. na Vice-presidência, «e mais tarde, quando se *arranjasse*, deixava-lhe então de vez e *claramente* a câmara». Desiludido com a baixa intriga do «tambor-mor dos pequeninos», desabafa pitorescamente: «Isto de reabilitações tem destes perigos. Nas casas de regeneração de prostitutas dão-se muitos destes casos. As regeneradas vão muito bem, até que um dia os vícios da vida passada reaparecem, e elas caem de novo nas antigas torpezas» (1:2).

Enojado com tudo quanto ocorrera até então, Oliveira Martins, na véspera da reunião da Comissão Executiva do Centro, escreveu ao dedicado Barros Gomes, enviando-lhe a carta de Correia de Barros, que constituía o «desenlace da comédia», cujos pormenores ele já lhe relatara, omitindo outros «por decência e para não o incomodar desnecessariamente». Mais adiante, continuava:

«A reunião da Comissão executiva será já amanhã pelo meio dia. Aí apresentarei a minha demissão. Bem sei que o retirar-me dará prazer a muita gente que não desejaria outra coisa; mas entre isso e continuar a fazer de intruso, o meu decoro não admite a escolha um só momento.

(1:2) MS cit., Fols. 69-82.

«Segundo a linha de conduta que lhe tracei numa carta anterior, nem farei escândalos, rompimentos nem qualquer outra coisa que seria, além de tudo o mais, ridículo. Limitar-me-ei a dar este primeiro passo no caminho de uma retirada que quero tornar completa.

«Reconheço que a lealdade, a honradez e o trabalho não são merecimentos para este caso, e seria tolice continuar a perder o tempo e o meu sossego de espírito.

«Desta tentativa que terá durado dois anos (eu dava cinco à minha experiência política) com a saudade de um velho honrado, levo a lembrança de um homem novo e bom. Esta ideia é consoladora: as gerações sucedem-se.

Encontrava ele analogia entre a sua tentativa política e a de Herculano em 1851:

«Onde a analogia cessa é nisto: porque eu vou desde já coordenar os documentos que o Herculano me deu e os que me deixou o Braancamp para, juntos com os meus papéis, escrever um livro, que sendo um epílogo ao *Portugal contemporâneo* deixe ao futuro uma relação verdadeira do que eram as coisas e os homens em Portugal neste ano de 1885-6, e como ao cabo de trinta anos também o partido progressista veio a *regenerar-se* (123).

«Não poderia fazer isto continuando no seio deste abençoado grémio e é por isso que preparo, sem ruído nem escândalo, o meio fácil de voltar ao meu gabinete de trabalho e ao sossego honesto dos meus estudos.

«Os projectos de lei que apresentarei em Janeiro, publicados em volume, serão a resposta ao livro-programa de 1885, *a Política e Economia Nacional*, e deste modo parece-me que a minha passagem pela política não terá sido inútil nem desairosa, nem ilógica.» (124).

Terminando com o pedido de lhe devolver a carta do Barros por ser «peça indispensável» no seu arquivo, escrevia:

(123) Jamais chegou o escritor a escrever esse livro, cujos elementos os actuais detentores deveriam publicar para esclarecimento dos estudiosos.

(124) Afinal Oliveira Martins apenas publicou o *Projecto de Lei de Fomento Rural*, editado em Lisboa em 1887.

«Admiro a perspicácia destes homens espertos que só, pelo medo de dizerem as coisas cara a cara, cometem a imprudência de as escrever.» (1^o).

Viu-se na reunião da Comissão Executiva: Oliveira Martins foi cortante, não fazendo escândalo e abandonando as suas funções. Durante a sua curta experiência política, se fora aclamado, elogiado e louvado, também recebera golpes, inesperados sobretudo para quem entrara na política sem qualquer preparação a não ser a teórica. Iludira-se quanto ao Partido Progressista, visionado (repetimos) através do «transparente» Braancamp, esquecido de que partidos são aglomerados de gente congregada *sempre* à volta de meros interesses materiais, raras vezes ideológicos, e que um partido será o que forem os seus componentes, quer do ponto de vista mental, quer moral, Atacado, tantas vezes violentamente, pela imprensa republicana e também por parte da regeneradora, deveria sentir certo pudor em vir, tão pouco tempo passado sobre a sua adesão, demitir-se, embora sentisse absoluta necessidade de o fazer. É de crer que não deixasse imediatamente o partido na esperança de poder, finalmente, apresentar em Cortes os projectos de lei já preparados, outra ilusão que como as já alimentadas, se dissipará em fumo: nem mesmo o já citado acerca do Fomento Rural chegará a ser discutido; aos deputados do tempo não interessava a reforma agrária, nem, ainda menos, as vicissitudes históricas da nossa agricultura...

Sabendo, por Barros Gomes, da intenção manifestada por Oliveira Martins de se demitir do partido, José Luciano, talvez com remorso de não ter sido firme logo de início para não o ter incluído no seu Ministério, e possivelmente receoso de ficar em situação pouco airosa quando se divulgasse a saída do escritor, escreveu-lhe uma carta pródiga em elogios, onde procurava demovê-lo:

«Vi, depois da carta que me escreveu, outra dirigida ao Barros Gomes em que lhe anunciava o propósito de se separar do Partido Progressista regressando ao remanso dos seus trabalhos literários e científicos. Lisonjeia-me a esperança de que mais despreocupada reflexão terá modificado no seu espírito aquela ideia que abertamente combato, usando para esse fim de todas as liberdades da amizade com que me tem honrado. Porque há, ou porque havia Oliveira Martins de deixar o seu

(128) *Correspondência cit.*, págs. 100-102.

partido? As divergências na eleição municipal do Porto não bastam a explicar sucesso de tal magnitude. Bem vê. Escuso demonstrá-lo. As discordâncias com o Governo ainda se não manifestaram tão acentuadas, que dêem razão a uma ruptura. Não há muito que por um ápice não fez parte do Ministério, e de então para cá não houve sério motivo para um afastamento partidário.

«Na feição económica que pretendi imprimir à marcha do Governo, não há ainda actos que a excluam. Por que nos temos pois de separar?»

Tendo, embora, Oliveira Martins o seu lugar de deputado como progressista, as suas opiniões e o seu voto não estavam hipotecados ao Governo. Podia divergir livremente da política governamental, «não como adversário, que põe a paixão e o interesse político acima de todas as considerações, mas como cooperador desinteressado e leal que mais que tudo respeita as suas convicções e o seu bom nome». Poderiam discordar sem deixarem «de pertencer à mesma comunhão política» e só quando essa «divergência fosse profunda e inconciliável» é que teria soado a hora de se separarem.

Esperava que em breve houvesse eleições gerais, por isso tinha Oliveira Martins tempo para desfazer quaisquer dificuldades que se opusessem à sua eleição pelo Porto, se só por esta cidade desejava propor-se. E continuava:

«Sabem os nossos amigos do Porto quanto eu lhe sou afeiçoado, e que vivo desejo eu tenho de o conservar no partido. Sei que me hão-de ajudar neste propósito. Só me pode faltar o seu auxílio, que instantemente lhe peço.

«Estou na intenção de manter a sua candidatura por Viana, se assim o quiser, mas folgarei poder transferi-lo para o Porto como lhe deixo exposto. Em qualquer caso, não padecerá a sua liberdade de consciência, ou de apreciação no exercício das suas funções de deputado».

Depois de lhe ter dado as explicações transcritas, acrescentava esperar que Oliveira Martins, como «disciplinado partidário», aceitasse as indicações dadas e acedesse às suas «sinceras instâncias», reconhecendo ainda ter sido ele, Oliveira Martins, uma das pessoas que mais haviam concorrido para ele ser elevado à chefia do partido.

«Não queira agora abandonar quem tanto carece do seu apoio e da sua eficacíssima cooperação. Se me deixam os que mais e melhor podem ajudar-me, se me fogem aqueles de que posso carecer em momentos mais ou menos próximos, se me esquecem os que aqui me trouxeram para onde me hei-de voltar?»

E concluia:

«Não, meu amigo, não há-de deixar-me sem razão muito séria, e sem que incompatibilidades ou divergências inconciliáveis nos separem»⁽¹⁶⁾.

José Luciano, como dissemos, arrependera-se de não ter agido como lhe impunha a sua qualidade de Chefe do partido. Deixou Mariano e Navarro tecerem as suas intrigas, sem lhe ter talvez ocorrido (por medo?) que os seus dois turbulentos ministros visaram amesquinhar ou até inutilizar politicamente um dos elementos mais prestigiosos do Progressismo português e a quem ele, José Luciano, devia em grande parte a sua ascensão à chefia do partido, o que aliás, como se viu atrás, reconhecia.

Amedrontava-o agora a saída de Oliveira Martins. A verificar-se esta, além da chacota da imprensa, regeneradora e republicana, repetimos, ficaria ele mal-ferido entre os homens sérios e, talvez, perante o Rei, que, por sua vez, com reconhecer o carácter do escritor, ficaria algo satisfeito. Daí a carta.

Mas Oliveira Martins sentira fortemente o golpe com que o tinham tentado ferir. Reconhecia, de certeza, mais uma vez o mau passo de ligar-se a um partido do qual eram «marechais» homens como Mariano e Navarro, mestres na intriga e, também, varredores de feira.

Ferido na sua dignidade, respondeu ao seu chefe em tom menos familiar do que o da carta deste, de uma seriedade sob a qual transparecia resolução firme e disposição pouco propícia a contemporizar:

(16) *O Socialismo na Monarquia* cit., págs. 133-135. A resposta a esta carta, que a seguir apresentamos, encontra-se no volume da correspondência de Oliveira Martins, acompanhada, em nota, de uma posterior, datada de 25 de Janeiro de 1882, quando, logicamente, deveria ser 1887, ano em que faleceu Fontes. Em 1882 ainda Oliveira Martins não entrara na política. Ao que cremos, deveria ser a carta de que transcrevemos trechos que teria de ali figurar em nota, até para se compreenderem melhor as alusões de Oliveira Martins.

«Ex.^{mo} Snr. e meu prezado amigo.

«Apresso-me a responder à sua estimada carta, que me dá provas de um carácter que eu respeito e de uma bondade que eu admiro e de uma deferência e estima por mim, que não pode deixar de me penhorar, como o testemunho mais sincero e mais leal da minha completa dedicação.

«Permita-me também que o não acompanhe na apreciação dos factos ocorridos aqui. Toda a discussão seria estéril, todas as explicações vãs.

«O meu respeito por V. Ex.^a, e também o que devo a mim próprio, não me consentem voltar a ser comparsa em comédias, nas quais inútil é confessá-lo, V. Ex.^a não tomou nem podia tomar parte alguma, o modo como procedi é a melhor prova da minha superior estima por V. Ex.^a e da minha disciplina partidária.

«Focamos aqui um período da sua carta a que não posso deixar de responder.

«Consinta-me V. Ex.^a dizer-lhe que a disciplina não pode obrigar-nos a não nos demitirmos, apenas nos obriga a cumprir estritamente os deveres do posto que ocupamos, enquanto o ocuparmos. É isso o que me não acusa a consciência de ter deixado de fazer e creia que o farei apesar de tudo, até ao fim.

«Quando chegar a sair do partido, desejo que ninguém tenha de queixar-se de mim. Levarei comigo a convicção da inutilidade da minha tentativa e isso me fará esquecer os dissabores. V. Ex.^a engana-se quando exagera o valor do subsídio que posso prestar-lhe. Cooperei com efeito conforme pude na luta contra o ministério regenerador e na elevação de V. Ex.^a à presidência do partido e ao governo; não me arrependo de nada do que fiz, porque sempre reconhecerei os inevitáveis dotes de carácter que o distinguem. Desejaria sem dúvida ser-lhe útil ao partido e ao País mas perante a convicção da vaidade dos meus desejos, V. Ex.^a não pode exigir de mim que esterilize a minha vida amarrada como um boi à nora da política»⁽¹²⁷⁾.

Meses antes desta troca de correspondência e dos incidentes que lhe deram lugar escreveu Oliveira Martins um artigo, *O Ideal e a Política*, publicado em «A Província» de 7 de Setembro, no qual salientava a apatia dos Portugueses em face dos ideais que impulsionavam

(127) *Correspondência cit.*, págs. 103-105.

outros povos. Portugal e Espanha dormitavam na apatia e na inconsciência de si mesmos. Aqui não havia ambição de conquistas, não havia anarquismos. É certo que a crise dos campos podia fazer refluir às cidades os bandos de *jacques*, «embora o nosso camponês seja paciente e submisso como o turco». Quanto aos republicanos era verdade que em Lisboa fermentava,

«sob o nome de republicanismo, essa camada de descontentes, de desvairados, de iludidos, e de miseráveis com alguns idiotas e bastantes velhacos à mistura; essa poeira que se observa em todas as grandes cidades e que a política contém muito melhor do que as artes e veniagas de vários políticos que se tem na conta de esperios» (1^a 8).

O escritor foi duro com aqueles com quem um dia contactara e haviam aspirado a tê-lo, pelo seu prestígio, nas suas fileiras. Se existiam incompatibilidades e até ódios dentro do Partido Republicano, o facto é que muitos dos seus «*marechais*» eram homens de valor intelectual e moral de honradez impoluta, à frente dos quais se destacava a nobre figura do Dr. José Falcão. E o próprio Oliveira Martins era amigo pessoal de outro exemplar de homem honrado, o Eng.º J. J. Rodrigues de Freitas, lente da Academia Politécnica, e, como deixámos dito, um dia o convidara a inscrever-se no partido.

Se o nosso republicanismo tinha muito de burguês no seu programa, o defeito resultava principalmente de os seus mentores provirem, na quase totalidade, da classe média, professores, médicos, advogados, alguns oficiais superiores, académicos como Latino Coelho e L. Consiglieri Pedroso, Teófilo Braga, de quem partira a ideia da comemoração do 3.º centenário da morte de Camões, trunfo ganho pelo Partido Republicano. Tudo isto não conseguira imprimir à doutrina uma projecção verdadeiramente revolucionária e reivindicativa, limitando-se a propaganda a bater a tecla do regime, como se reformas profundas não pudessem operar-se apenas dentro da Monarquia constitucional.

Karl Marx chamara a atenção do Mundo para os problemas económicos, embora os elevasse a um nível prioritário que a História não documenta, e para a necessidade de o proletariado se organizar para criar a força capaz de levar os governos à consideração desses problemas, então a tomar aspectos agudos, em particular nos países industrializados do Ocidente.

(1^a 8) «*A Província*», vol. III, pág. 186.

Mas os nossos republicanos, ou ignoravam a acção do mentor do chamado socialismo científico, ou se mostravam incapazes de aprenderem o fundo da sua doutrina, obcecados pela simples substituição do regime, que, uma vez levada a cabo em 1910, deixou intactas as estruturas do regime liberal.

Embora seguindo caminho divergente de Mariano de Carvalho, Oliveira Martins compreendeu muito cedo que os problemas económicos ocupavam lugar destacado na luta política à qual se devotara, e assim desprezava e chasqueava a retórica dos «homens do barrete frigio», como lhes chamava, levando-o isto a tratá-los com grande dureza, como no artigo citado.

A imprensa republicana, por seu lado, não o poupava desde que ele lançara a *Vida Nova*, jogando-lhe remoques que acirravam Oliveira Martins. Entre os jornais que mais violentamente o atacavam distinguia-se a «Era Nova», de Emídio de Oliveira, sendo neste jornal que Basílio Teles veio a terreiro levantar a luva pelo enxovalho de os Republicanos serem apodados de «miseráveis», escrevendo um artigo violento a exigir reparação.

Passaram 8 dias, e perante o silêncio do director d'«A Província», o impetuoso *Spada* lançou-lhe um repto violentíssimo no qual, esquecido já do elogio que lhe fizera quando o propusera para Presidente da comissão instaladora da Sociedade de Geografia Comercial do Porto, negava as qualidades eminentes do escritor que seis anos antes exaltara, o que fez em linguagem como então era frequente deparar na imprensa, sobretudo no campo político, verberando com veemência insolente o facto de não haver na «coorte dos ineptos e dos transfugas, escória dos partidos existentes, ninguém que respondesse ao que Basílio Teles reclamara, concluindo:

«Pois bem! — Insultador miserável, fazendo de livros de fancaria, salvador da pátria com ingredientes económicos da mesma força com que tens obstado à ruína da companhia que diriges, espírito sagaz que viste na *lenda sebastiânica* o único sintoma de vida deste bom povo português, a única centelha de sentimento que lhe ficou de um passado glorioso mas em ruína: — messias que possuis a suficiêcia que leva à parvoíce e à autolatria, à calúnia e ao insulto — nós te arrancaremos a pele e a essa turba ignara que te cerca» (129).

(129) *Vinte cartas de Camilo*, por José Caldas, Porto, 192..., pág. 125, nota 1.

A paixão política nos países latinos, e em particular entre nós, teve sempre o condão, triste condão, de obnubilar os olhos da razão, excitando as outras paixões que acabam por cegar os indivíduos, ainda os de elevada mentalidade, até cultos, levando-os a extremos que, a sangue frio, se envergonhariam de ter praticado, deste modo justificando os excessos cometidos pelas massas. E isto não se tem dado unicamente nas pugnas de rua, mas nas meramente jornalísticas, para sempre fixadas em letra de forma nos jornais.

No caso em apreço, Oliveira Martins fora muito pouco correcto no ataque aos Republicanos, levado por indignação a levedar desde que recebera os primeiros ataques no início da *Vida Nova*. Também ele, culto como era, pensador do melhor quilate, se excedeu. Por sua vez, Basílio Teles, outro pensador de elevado mérito, não o criticara com linguagem jamais por ele usada, mas reptando-o a justificar o apodo de «miseráveis» aos Republicanos.

Creemos que Oliveira Martins, ao ler o repto de Basílio Teles, deve ter caído em si e reconhecido se excedera. Todavia, não respondeu. Porquê? *That is the question...* Se, porém, não respondeu ao repto, não julgamos que não pensava responder-lhe, até ser publicado o insultuoso artigo de *Spada*, que o deve ter decidido a não responder.

Emídio de Oliveira e todos quantos o acompanhavam não se mostravam capazes de distinguir em Oliveira Martins a pessoa do escritor da do político inexperiente e infeliz que ingenuamente resvalara para dentro do vespeiro. Consideravam-no «um historiador avariado», capaz de desempenhar «todos os papéis que neste país de pataratas um audacioso e um medíocre poderia desempenhar quando se tem na alma os escrúpulos de um vilão!» Ele era «fazedor de livros de fancaria», em oposição aos elogios noutra tempo, aliás recente, prodigalizados por essa mesma imprensa republicana, que o abocanhava agora.

Contrariamente ao sentir do vulgo, que acoima de cobardia quem não responde a um insulto ainda o mais desbragado, entendia o escritor ser pouco o tempo disponível para trabalhar, não devendo por isso dispersá-lo em discussões próprias de taberna entremeadas das picuinhas próprias dos meios baixos.

Talvez impulsionado pelos amigos do jornal, resolveu-se Oliveira Martins a responder não a Basílio Teles, o que nos parece seria curial, mas às violentas diatribes da «Era Nova». E escreveu um artigo precisamente denominado «*Os Miseráveis*», publicado no dia 18.

Começando por afirmar crer que todos os qualificativos usados no artigo para caracterizar o grupo republicano, «foi o de miseráveis,

o que afligiu mais alguns da imprensa *sans coulotte*», acrescentando ironicamente:

«Não vão julgar que a alusão à falta deste artigo de vestuário envolve censura, porque, a respeito de desarranjo na postura, não podemos, nós monárquicos, pedir-lhes contas.»

Seguidamente dizia que o seu artigo era apenas explicativo, ainda que a linguagem empregada pelos adversários fosse «verdadeiramente desbragada, como é próprio e adequado em gente que não usa calções. De luva, nem falemos».

Ainda com ironia prossegue que, na dúvida, recorrera ao dicionário de Caldas Aulette, «por ser o mais maneiro», onde procurou a palavra «miserável» para ver se estaria em erro, citando as definições no livro registadas, com o étimo latino *miserabilis*, «digno de compaixão, lastimoso, deplorável, lamentável, etc.», declarando ser neste sentido que empregara o termo «a tantos iludidos, tantos infelizes, tantos desvairados, cuja boa fé e rectas intenções eram dignas de melhor causa», prevenindo adiante que, empregando-o, não aludia «aos especuladores e aos velhacos, de que o republicanismo tem boa soma, sem todavia ter o monopólio».

Chamara aos Republicanos «miseráveis» por achá-los «dignos de lástima», e isto «porque a cegueira de doutrinários ou o ardor infantil da mocidade lhes não deixa ver as coisas de um modo praticamente lúcido».

Todo o resto do artigo é a explicação destas palavras para justificar a superioridade da Monarquia sobre a República. A imprensa republicana todos os dias pregava «desbragadamente, é claro, contra a corrupção dos tempos», com o que estava a demonstrar «a impossibilidade da república entre nós», porque, admitindo que os seus adversários se julgassem «impolutos e impecáveis», e muito naturalmente assim se julgavam, «a mesquinhez da sua força e a esterilidade relativa da sua propaganda mostravam que o comum dos cidadãos não possui os mesmos dotes». A fraqueza dos tempos tornava indispensável a Monarquia, sendo essa «a razão do pequeno êxito e das repetidas bulhas da igreja republicana».

A indispensabilidade da Monarquia residia no facto de que o rei, «defendendo os interesses colectivos, defende a própria pele», plebeísmo que decerto agradaria aos antagonistas, argumento ainda hoje empregado pela propaganda monárquica, de que já se servira Montesquieu na *Grandeza e Decadência dos Romanos*.

«O rei — prosseguia,— é uma garantia necessária de conservação para os povos adormecidos, para as nações enervadas, para os países em que o sentimento da abnegação cívica está obliterado, e portanto enfraquecido o instinto da liberdade.»

O facto de haver então em Portugal uma Imprensa que todos os dias insultava o rei «com uma impunidade absoluta (...), essa própria impunidade» era argumento em favor da doutrina do escritor, e, além disso, aos adversários condenava-os «ainda por cima a nenhuma consequência visível que têm as suas diatribes diárias».

Adiante precisava o seu pensamento com dizer:

«O povo não quer governar, quer ser governado: nisto se resume tudo», e na nossa universal e deplorável decadência, o rei é o melhor penhor de uma tal ou qual estabilidade de coisas. Acusá-lo a ele das nossas fraquezas, dos nossos vícios, do nosso egoísmo inexcedível, é, além de absurdo e de ilógico, profundamente injusto. Como homens, os reis são melhores ou piores, mais ou menos sagazes, mais ou menos egoístas ou virtuosos. Como instituição a realza, o principado, (...) é indispensável e inevitável em nações depauperadas como a nossa e está a todos os respeitos segundo o próprio dizer dos jornais *sans culottes*, de acordo neste ponto, mas só neste, connosco».

Ao escritor parecia preferível «acordar o dormente, chamá-lo à vida real, expor-lhe cruamente a sua desgraça, a ver se desperta», do que «desviá-lo com um farrapo vermelho de anarquismo», que em ocasião de crise aguda apenas seria «juntar uma loucura mais ao rol extenso das catástrofes nacionais».

Como conclusão, dizia ter sido essa a razão do dito que tanto afligira os Republicanos, por isso a sua cólera era consequência da sua cegueira:

«e se outro dia, tendo em mente o seu pensar, lhes chamámos miseráveis, hoje tendo em vista o seu furor, chamamos-lhes em latim *miserabiles*, dispensando-lhes a nossa compaixão mais benevolente» (130).

(130) «*A Província*», vol. cit., págs. 101-204.

O artigo de Oliveira Martins não se nos afigura espontâneo: dá-nos a impressão de uma retirada prudente, sem assumir a feição de uma *amende honorable*, contrária ao espírito do autor. Como já dissemos, cremos que, após ter lido o artigo de Basílio Teles, teria reconhecido ter-se excedido, pois não nos convence a explicação alegada de *miserável* ser as que o dicionário deu e ele citou. O termo deve ter-lhe saltado à lembrança e, logo, à pena na crua acepção corrente e vexatória na linguagem popular, pois só desta forma se compreende a irritação do cordato Basílio Teles e a violência de *Spada*.

Ignoramos se o artigo citado teve qualquer resposta por parte da «Era Nova», mas não cremos que Emídio de Oliveira aceitasse o esclarecimento, aliás tardio, de Oliveira Martins.

Afinal não chegou Oliveira Martins nesta altura a entrar nos Conselhos da Coroa. O convite de José Luciano chegara tarde de mais, quando o escritor se sentia já traumatizado pelos efeitos da acção abjectiva da *côterie* Mariano-Navarro. O escritor não teve o desassombro de cortar de vez com o Partido Progressista, sendo como membro do partido que vai ao Parlamento como deputado pelo Porto. Ali, como já dissemos, apresentará o tão falado Projecto de Lei de Fomento Rural, que não despertou a menor atenção dos deputados, não chegando sequer a ser discutido, prova, diríamos, palpável, da incompetência daqueles a quem o tal invocado e bajulado «Povo» encarregara de o representar em Cortes. Ali, onde esperava exercer uma acção mais vasta e mais profunda nos destinos do País, passou despercebido, pelo que, desiludido da política partidária, também ali teve nova desilusão esse homem que, como escritor ilustre, triunfara no campo das Letras elevando-se a posição de grande distinção não obstante as críticas recebidas, algumas verrinosas, e tendo-se revelado um economista do mais alto valor e chegado a ser elogiado por um mestre da envergadura de Emílio Laveleye, esse homem falhara na *Vida Nova*, falharia como deputado, e mais uma vez falharia como Ministro da Fazenda, chamado ao lugar após a tremenda crise consecutiva ao *ultimatum* inglês de 1890, e caído por força de um Presidente do Conselho que jamais ascenderia ao lugar se Oliveira Martins o não tivesse imposto ao então jovem rei D. Carlos!

A. Álvaro Dória